



**UNILAB**  
**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL**  
**DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**  
**CAMPUS DOS MALÊS**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS**

**KÁTIA CRISTINA BERNARDO DE JESUS**

**AVANÇOS E RETROCESSOS DAS MULHERES EM MOÇAMBIQUE:**  
**INVESTIGANDO O FEMINISMO PARA MELHOR COMPREENSÃO**  
**DAS CONDIÇÕES DAS MULHERES**

**São Francisco do Conde**

**2017**

**KÁTIA CRISTINA BERNARDO DE JESUS**

**AVANÇOS E RETROCESSOS DAS MULHERES EM MOÇAMBIQUE:  
INVESTIGANDO O FEMINISMO PARA MELHOR COMPREENSÃO  
DAS CONDIÇÕES DAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

São Francisco do Conde

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

J56a

Jesus, Kátia Cristina Bernardo de.

Avanços e retrocessos das mulheres em Moçambique : investigando o feminismo para  
melhor compreensão das condições das mulheres / Kátia Cristina Bernardo de Jesus. - 2017.  
93 f. : il. mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

1. Feminismo. 2. Mulheres - Moçambique - Condições sociais. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 305.4209679

**KÁTIA CRISTINA BERNARDO DE JESUS**

**AVANÇOS E RETROCESSOS DAS MULHERES EM MOÇAMBIQUE:  
INVESTIGANDO O FEMINISMO PARA MELHOR COMPREENSÃO  
DAS CONDIÇÕES DAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

DATA DE APROVAÇÃO: 29/07/2017

**BANCA EXAMINADORA**

**Pedro Acosta Leyva – Orientador**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Idalina M. Almeida de Freitas – Examinadora**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Eduardo Estevam – Examinador**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

A minha  
filha Andreza, para que sirva  
de incentivo, para ela futuramente.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente pelo dom da vida, por ter me dado saúde para que eu vivenciasse meu sonho, que é me graduar em uma Universidade, e pela sua presença constante nos momentos de angústia e dificuldades.

A minha mãe pela força e estímulos nos momentos de enfraquecimento, e da qual não esqueço desde a minha infância sua frase, que dizia sempre para mim e minhas irmãs, “que a mulher tinha que estudar e trabalhar para que não ficasse dependendo de homem”.

Ao meu pai que mesmo não estando presente fisicamente há 26 anos, lembro-me na minha infância e adolescência, o quanto ele valorizava o estudo, e o quanto foi difícil para ele com mais quatro filhos (nesta época meu irmão caçula Vinicius não havia nascido), me manter no Fundamental II em uma escola particular conceituada na minha cidade, ele já estando doente. Isso porque ganhei uma bolsa como melhor aluna da 4ª série no Fundamental I, e ele sabendo que seria uma boa base para meus estudos, quis fazer o esforço, porque mesmo eu tendo ganho a bolsa havia algumas despesas com fardamentos, livros e taxas de materiais, que para quem tinha mais filhos se tornava complicado.

Agradeço a minha filha por compreender o quanto é importante para mim esta graduação, porquanto não tive como cursar antes, por não haver em minha cidade ou próxima uma Universidade Pública, adiando assim o meu ingresso em uma Universidade, e por não ter condições de me manter em uma Universidade particular existente na minha cidade. Agradeço pelas ausências sempre confortada quando ela me dizia “minha mãe eu gosto de ficar sozinha, não se preocupe comigo não!”, isso porque meu esposo trabalhava em outro Estado. Lembro-me de uma certa noite, que chegando às 23hrs em casa e tendo faltado energia na cidade, e não tínhamos em casa nem vela, nem lanterna. Do susto que tomei ao entrar em casa no escuro procurando por ela, e de repente ela sair do carro, me dando um grande susto, e me dizendo “me escondi no carro, porque achei o lugar mais seguro da casa” (meu marido viajava e deixava o carro na garagem por meses). Depois de passado o susto rimos muito. Foram muitas abdições e ausências que só quem constituiu família, e estuda distante como eu, sabemos o que passamos. Mas em todos os momentos me sentir encorajada por ela.

Agradeço ao meu esposo Daniel, a princípio ficou com medo de me perder para o conhecimento, mas depois me apoiou e me ajudou muito me dando forças para prosseguir, depois que finalizou seu trabalho retornou para Bahia, e era quem me encontrava todos os dias (pois o carro não passava pela rua onde moro), quando chegava às 23hrs para irmos para casa.

Agradeço as minhas irmãs Elane e Carla, por olhar e certificar, se minha filha já havia chegado da escola e estava em casa todos os dias, e me ligar na UNILAB me avisando, pois ela chegava da escola 18h20 e este horário eu já estava a caminho da UNILAB, pois o transporte saía às 18h00.

Aos meus irmãos e Alex, André e Vinicius, por colaborarem também por esta conquista, torcendo pela minha vitória.

Agradeço ao meu orientador Pedro Acosta Leyva pelas orientações, correções, força, e encorajamento, toda as vezes em que eu dizia que o tema era difícil, por se tratar de um país africano, com mulheres de culturas diversas, que variam de acordo com sua região e da dificuldade que tive para encontrar fontes que falasse sobre o feminismo em África.

A Professora Caterina Rea pelas correções no meu TCC, pelas disciplinas disponibilizadas sobre as questões de gênero na África, pelas fontes indicadas e a mim ofertadas.

A professora Cristiane Santos Souza, que desde o princípio na UNILAB, elogiou o meu desempenho em suas atividades, não sabendo ela o quanto me estimulou a prosseguir. Também pela sugestão do livro da autora Jacimara Souza Santana no meu TCC, logo quando soube do meu tema, este livro me ajudou muito no decorrer do meu trabalho.

Enfim agradeço a todos os meus colegas e professores que passaram por minha vida e em especial aos professores mais recentes que foram os da UNILAB, que de maneira especial contribuíram colocando uma pedrinha na construção do meu conhecimento acadêmico.

## RESUMO

Neste trabalho foi analisado as mulheres africanas, e com o foco maior para as moçambicanas, bem como o feminino e o feminismo, defendido por algumas autoras africanas, investiguei as condições das mulheres moçambicanas pouco citadas pelas maiorias dos autores, por julgar não ter um papel relevante na história de Moçambique. Mulheres a quem foi negado sua existência e sua história desde o período do colonialismo, e que na Independência de Moçambique atuaram de maneira ativa, tendo um papel significativo na conquista da Independência do seu país, a sua emancipação foi pensada pelo novo Governo (FRELIMO), que tinha como objetivo o desenvolvimento de Moçambique, desenvolvimento este, que a permanência de algumas práticas culturais segundo a FRELIMO, dificultavam a emancipação destas mulheres, e para mudar algumas destas práticas o Governo enfrentou várias resistências (por parte das mulheres, e principalmente as mais velhas e da zona rural), porque para efetuar algumas renovações envolviam mudanças na tradição e cultura existente em Moçambique antes da colonização.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Emancipação. Independência. Mulheres.



## **ABSTRACT**

This study analyzed African women, and with a greater focus on Mozambican women, as well as feminism and feminism, defended by some African authors, investigated the conditions of Mozambican women not mentioned by the majority of the authors, since they did not have a role Relevant in the history of Mozambique. Women who were denied their existence and history since the colonial period, and who in the Independence of Mozambique acted actively, having a significant role in the conquest of the independence of their country, their emancipation was thought by the new Government (FRELIMO) , Which aimed at the development of Mozambique, the development of which, according to FRELIMO, the permanence of some cultural practices made it difficult to emancipate these women, and to change some of these practices the Government faced several resistance (by women, and especially And rural areas), because to carry out some renovations involved changes in the tradition and culture existing in Mozambique prior to the colonization.

**Keywords:** Development. Emancipation. Independence. Women.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa de África

Figura 2 – Mapa de Moçambique

Figura 3 – Imagem de Josina Machel

Figura 4 – Mulheres guerrilheiras da Frelimo

Figura 5 – Mulheres Moçambicana comemorando o dia 7 de abril

Figura 6 – Capulanas

Figura 7 – Mulheres trabalhando com seus filhos amarrados aos seus corpos por capulanas

Figura 8 – Mulheres moçambicana trabalhando na agricultura

Figura 9 – Mulheres Moçambicana da zona rural sendo alfabetizada

Figura 10 – Luísa Diogo primeira mulher a ser nomeada chefe de governo na história de Moçambique

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades  
CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos dos Mulheres  
CPLF – Café Filosófico  
ENF – Encontros Nacionais Feministas  
FBPF – Federação Brasileira para o Progresso Feminino  
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique  
IMT – Instituto de Medicina Tradicional  
INE – Instituto Nacional de Estatística de Moçambique  
ISCISA – Instituto Superior de Ciências de Saúde  
MGF – Mutilação Genital Feminina  
MISAU – Ministério da Saúde  
NESAM – Núcleo dos Estudantes Secundários Africanas de Moçambique  
OMM – Organização das Mulheres Moçambicanas  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PMDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro  
PT – Partido Trabalhista  
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana  
SNS – Serviço Nacional de Saúde  
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>2</b>	<b>O FEMINISMO COMO TEORIA PARA COMPREENSÃO DA HISTÓRIA DAS MULHERES: A ORIGEM DO FEMINISMO</b>	17
2.1	O FEMINISMO AFRICANO: VOZES DO FEMININO E FEMINISMO EM ÁFRICA E MOÇAMBIQUE	19
2.2	FEMINISMO NO BRASIL	28
2.3	FEMINISMO NEGRO NO BRASIL	37
<b>3</b>	<b>O COMPROMISSO DA FRELIMO COM A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES MOÇAMBICANAS</b>	41
3.1	HINO EM HOMENAGEM A MULHER MOÇAMBICANA	54
<b>4</b>	<b>AVANÇOS E RETROCESSOS DAS MULHERES EM MOÇAMBIQUE</b>	58
4.1	ECONOMIA EM MOÇAMBIQUE	62
4.2	AS MULHERES MOÇAMBICANAS NA AGRICULTURA E NAS ALDEIAS COMUNAIS	63
4.3	A EDUCAÇÃO DAS MULHERES EM MOÇAMBIQUE	65
4.4	A SAÚDE DAS MULHERES EM MOÇAMBIQUE	68
4.5	AS MULHERES NA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE	70
<b>5</b>	<b>PRÁTICAS CULTURAIS QUE PARA A FRELIMO DIFICULTAVAM A EMANCIPAÇÃO FEMININA</b>	72
5.1	O LOBOLO E A POLIGAMIA EM MOÇAMBIQUE	72
5.2	MGF - MUTILAÇÕES GENITAIS FEMININAS EM ÁFRICA	75
5.3	RITUAL DE “PURIFICAÇÃO” EM ÁFRICA	77
<b>6</b>	<b>A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHERES EM ÁFRICA E EM MOÇAMBIQUE</b>	80
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	86
	<b>REFERÊNCIAS</b>	88
	<b>ANEXO - Mapas</b>	92

## 1 INTRODUÇÃO

“Achar-se situada à margem do mundo não é posição favorável para quem quer recriá-lo”.

Simone de Beauvoir.

O presente trabalho tem como finalidade, analisar e expor de modo sintético, os avanços e retrocessos das mulheres em Moçambique no período que sucede a Independência em 1975, bem como observar se ocorreu realmente a emancipação feminina, e o que foi feito para que estas mulheres fossem inseridas de maneira ativa nesta sociedade constituída.

Moçambique até a independência ocorrida em 25 de junho de 1975, era um dos países mais pobres do mundo, com uma população de 25.727.911 segundos dados do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, relativo a 2014, tem como língua oficial o português, mas o país possui mais trinta e duas línguas, seu regime é socialista, sofreu com colonialismo quase cinco séculos, a colonização teve início no final do século VI, e durante este período seus povos eram submetidos aos mais diversos maus tratos e opressão, principalmente as mulheres, pois não tinham direito a educação, saúde, trabalho assalariado (era obrigatório só para os homens nas minas da África do Sul), e nem moradia, enfim total submissão.

Segundo Freitas (2015), mesmo após a Independência o país passou por situações econômicas difíceis devido a: guerra civil prolongada, a emigração em larga escala, a dependência econômica da África do Sul, a ocorrência de secas que dificultavam o desenvolvimento do país até meados de 1990. Com a nova Constituição que determinava eleições multipartidárias e uma economia de mercado livre, que unido com algumas reformas macroeconômicas melhoraram a economia do país.

Esta independência como citou Samora Machel em seu discurso “ foi conquistada, foi arrancada! ”, por que foram dez anos de lutas, e contou com a participação ativa das mulheres, que lutaram junto aos homens como guerrilheiras, para se libertarem do jugo do colonialismo.

Para obter respostas para alguns questionamentos, como constatar se houve a emancipação destas mulheres, e em quais áreas elas avançaram e quais retrocederam, após a independência de Moçambique?

Para isso foi feita uma pesquisa bibliográfica e exploratória, utilizando dados secundários como, livros, artigos, reportagem, entrevistas e revistas que tratam sobre as mulheres moçambicanas de autoras brasileiras e africanas, senti limitações em me aprofundar na pesquisa, por encontrar poucos autores brasileiros que falem deste tema, e as poucas fontes

africanas encontradas não estavam disponibilizadas traduzidas. O resultado desta pesquisa é qualitativo e quantitativo, pois se traduz em conceitos e ideias, e também em alguns números.

Este trabalho tem como objetivo geral: Pesquisar em quais área houve avanço e retrocesso das mulheres em Moçambique, e com isso constatar se ocorreu a emancipação pensada pela FRELIMO.

E como objetivos específicos: Investigar o feminino e o feminismo em África para compreensão das condições das mulheres; Analisar de que modo essas mulheres moçambicanas foram inseridas nesta sociedade no período pós independência; Pesquisar algumas tradições que são voltadas para mulheres em Moçambique; e por fim verificar se a cultura e as tradições foram os impedimentos para a emancipação das mulheres moçambicanas.

Desta maneira, este trabalho está dividido em cinco capítulos e 11 subcapítulos.

No primeiro capítulo fala sobre “O feminismo como teoria para a compreensão da história das mulheres: a origem do feminismo”, que ocorreu em Nova York no século XIX, e posteriormente, foi se fortificando na Europa nos países da (Inglaterra e sucessivamente na França), na Inglaterra com a Revolução Industrial e as mulheres assumindo postos de trabalho, e na França por intermédio da Revolução Francesa.

Foi pesquisado no subcapítulo 1.2 e 1.3, como é tratado o Feminismo no Brasil, e o Feminismo Negro no Brasil, para que pudesse ser confrontado com o feminismo em Moçambique e na África, pelo motivo das mulheres brasileiras em ocasião do exílio, terem contribuído na França com a organização dos movimentos feministas, que posteriormente se fortificou por toda a Europa.

Neste mesmo capítulo foi pesquisado o feminismo em África e em Moçambique, e relacionando com algumas diferenças por parte de algumas autoras africanas que se definem como do feminino por defenderem que gênero não é o princípio organizador da sociedade Yorubá, antes da colonização europeia. Sendo assim, as categorias “gênero”, “mulher”, “desigualdade de gênero” se tornam inúteis como conceitos analíticos para a realidade africana, e as que se denominam feministas por discutirem as questões de gênero, e lutarem por direitos igualitários para as mulheres. E para este fim foram analisadas algumas autoras do feminino e feministas africanas. O feminino é um movimento de mulheres que discutem a maternidade, o que o feminino significa na cultura africana, a condição das mulheres na cultura africana, já as feministas discutem as questões de igualdade de gênero que é ignorado no feminino.

Como autoras do feminino foram citadas Paulina Chiziane (escritora moçambicana), Ife Amadiume (antropóloga) e Oyerònké Oyewumì (socióloga) ambas escritoras nigerianas e como autora do feminismo a socióloga e escritora Chimamanda Adichie Ngozi.

Chimamanda (2012) em seu ensaio “Sejamos todos feministas” conta como se reconheceu feminista, e que uma professora nigeriana disse a ela que o feminismo não fazia parte da cultura africana, que era antiafricano, e que ela havia se corrompido pelos livros ocidentais. [...] “de qualquer forma já que o feminismo era antiafricano, resolvi me considerar “feminista, feliz e africana” ela concluiu. Chimamanda, assim como a escritora Paulina Chiziane, se confrontam com a questão da África ser tratada como cita Chimamanda com “o perigo da história única”, da história do continente africano ser tratado como se a África fosse um país, e não um continente com seus 54 países, com histórias e culturas diferentes. O que para a escritora Chiziane, Moçambique mesmo sendo um só país, tem mulheres diversas, de acordo com cada região.

No segundo capítulo, intitulado “o compromisso da Frelimo com a emancipação das mulheres moçambicanas”, trata do compromisso da Frelimo com a emancipação destas mulheres, resultado da significativa atuação das mesmas no período da luta armada, não era uma concessão e sim uma conquista, pela sua conduta como guerrilheiras.

Foram analisados no terceiro capítulo, “os avanços e retrocessos das mulheres em Moçambique”, em várias áreas, como a social, econômica, na saúde, educação e política. Também foi utilizado o artigo do escritor moçambicano Mia Couto.

No quarto capítulo foram pesquisados, as “práticas culturais que para FRELIMO dificultaram a emancipação feminina”, temos neste capítulo dois subcapítulos o 4.1. Intitulado MGF- Mutilações feministas em África, e o 4.2. Ritual de “purificação” em África, para percebermos o quanto é importante e respeitada as tradições pelas mulheres em África.

E para finalizar no quinto capítulo, foi analisado “a violência contra as mulheres em África e Moçambique”, não que só ocorra em África, mas é um mal mundial retratada diariamente na mídia. Mundial, porque não existe nenhum país, em que a mulher não sofra algum tipo de violência.

O que me causou motivação para a escolha deste tema foi a princípio, obter respostas para alguns questionamentos, queria saber mais sobre as culturas, tradições e vivências diversas das mulheres moçambicanas, depois o conhecimento, por estudar em uma Universidade que estuda a África, quis me aprofundar mais sobre as condições de vida das mulheres em um país africano lusófono e culturalmente heterogêneo, por não possuir uma unidade cultural.

Percebi que mesmo em Moçambique um país africano, as mulheres têm culturas e comportamentos diferenciados de acordo com as tradições, etnias e regiões que habitam, como exemplo, as mulheres do Norte e do Sul, citada neste trabalho pela escritora moçambicana Paulina Chiziane, que demonstram as diversidades culturais das mulheres em Moçambique, e o quanto estas mulheres avançaram, e que é contínua esta luta pela conquista e empoderamento destas mulheres. Porque não é só preencher o número de cotas femininas, é esta mulher ter poder de ação e exercer seus devidos direitos, para que assim não ocorram retrocessos, ou seja, perdermos os espaços conquistados.



## **2 O FEMINISMO COMO TEORIA PARA COMPREENSÃO DA HISTÓRIA DAS MULHERES: A ORIGEM DO FEMINISMO**

O feminismo é um movimento que tem origem no ano de 1848, na convenção dos direitos das mulheres em Nova Iorque, depois surge como feminismo emancipacionista na Inglaterra e posteriormente na França. Este movimento adquire cunho reivindicatório por ocasião das grandes revoluções. As conquistas da Revolução Francesa, que tinha como lema Igualdade, Liberdade e Fraternidade, são reivindicadas pelas feministas porque elas acreditavam que os direitos sociais e políticos adquiridos a partir das revoluções deveriam se estender a elas enquanto cidadãs. Algumas conquistas podem ser registradas como consequência da participação da mulher nesta revolução, um exemplo é o divórcio (ARAÚJO, 2006).

Neste período as mulheres reivindicavam o sufrágio feminino, ou seja, o direito de as mulheres votarem.

Segundo Cancian (2008, p, 02), no século XIX o feminismo teve um novo recomeço em um contexto diferente: o da sociedade liberal europeia que emergia, o núcleo irradiador do feminismo emancipacionista foi a Inglaterra, a luta centrava-se na obtenção da igualdade jurídica (direito ao voto, instrução, de exercer uma profissão e poder trabalhar). O aparecimento do feminismo emancipacionista está associado às contradições que permeavam a sociedade liberal da época, onde as leis em vigor formalizavam juridicamente as diferenças entre os gêneros masculino e feminino.

As mulheres por serem consideradas como sendo 'sexo frágil', não tinham participação ativa na sociedade patriarcal, dominada pelos homens, eles eram os provedores das famílias e quem ditava as ordens, cabia a mulher, cuidar do esposo, filhos e do lar, sem direito a opinar, enfim, submissão total.

Os movimentos feministas, são principalmente, movimentos políticos cujo objetivo é conquistar a equidade de direitos entre homens e mulheres. Não é como muitos pensam que estes movimentos incitam o ódio ao sexo masculino, muito pelo contrário lutam por direitos igualitário para as mulheres, que tiveram sempre seus direitos negados por uma sociedade com pensamentos machistas, e que as enxergam com inferioridade.

Muitos afirmam que as feministas têm como objetivo destruir tradições ou a família, mas elas só lutam por seu espaço e direitos na sociedade. Os movimentos feministas querem pôr fim a dominação masculina, a opressão e a estrutura patriarcal. E com isso, garantir a

igualdade e que sejam assegurados os direitos das mulheres. Esses movimentos procuram desnaturalizar a ideia de que há diferença entre os gêneros, desmistificar a ideia de que a mulher é sexo “frágil”.

Segundo Araújo (2006, p. 01), “o movimento feminista se fortifica por ocasião da Revolução Industrial, quando a mulher assume postos de trabalho e é explorada pelo fato de assumir uma dupla jornada de trabalho dentro e fora de casa, e recebem menos que os homens”.

As mulheres trabalham dentro e fora de casa, e recebem pelas mesmas funções exercidas pelos homens salário inferior, não pela falta de competência, mas sim por ser do sexo feminino, e por ter direito a licença maternidade, já sofrem descontos em seu salário antecipadamente, mas a questão é que o sexo feminino há séculos é julgado inferior pela própria sociedade estabelecida.

As mulheres eram um grupo de pessoas, que desde a antiga Grécia, foram impedidas de participar de qualquer decisão política. O primeiro país que garantiu o sufrágio feminino, ou seja, o direito de as mulheres votarem e serem votadas, foi a Nova Zelândia em 1893, fruto do movimento liderado por Kate Sheppard<sup>1</sup>. Enquanto no Brasil, o sufrágio feminino foi garantido quase 40 anos depois (OLIVEIRA E BRITO, sd).

Segundo Cancian (2008, p. 03), “o feminismo contemporâneo surgiu nos Estados Unidos, na segunda metade da década de 1960, e se alastrou por diversos países industrializados entre 1968 e 1977”.

A reivindicação central do movimento feminista contemporâneo para Cancian (2008), é a luta pela “libertação” da mulher, o movimento feminista contemporâneo representou um divisor de águas e, ao mesmo tempo, a própria superação dos movimentos sociais emancipatórios, cuja a reivindicação central estava baseada na luta pela igualdade (jurídica, política e econômica).

Para Cancian (2008, p.03), “dessa maneira, o movimento feminista contemporâneo, atua com base numa perspectiva de superação das relações conflituosas entre os gêneros masculino e feminino, recusando, portanto, o estigma ou noção de “inferioridade” (ou desigualdade natural)”.

O movimento feminista contemporâneo tem como objetivo quebrar qualquer tipo de dominação masculina, bem como os estereótipos formados há séculos de que o sexo masculino é superior ao feminino.

---

<sup>1</sup> Katherine Wilson Sheppard, foi membro de maior destaque do movimento pelo Sufrágio feminino da Nova Zelândia. Nasceu em 13 de março de 1847.

Concluiu Cancian, que uma das características do feminismo contemporâneo é a proeminência de intelectuais e líderes do sexo feminino, fato este positivo reflexo das mudanças sociais, políticas e educativas, que estiveram ao alcance desta nova geração de mulheres, que se projetaram como líderes feministas entre as quais figuram, Simone Beauvoir, Betty Friedan e Kate Millet (CANCIAN, 2008, p.03).

## 2.1 O FEMINISMO AFRICANO: VOZES DO FEMININO E FEMINISMO EM ÁFRICA E MOÇAMBIQUE

O que é feminismo Africano?

Muitas feministas de todo o mundo têm contestado se a ideia e as concepções modernas do feminismo são africano ou não –africano. Na verdade, o feminismo tem existido na África desde os tempos das rainhas Nzinga onde é hoje Moçambique e Yaa Asantewaa de Gana, segundo o CEERT.

De acordo o Centro de Estudos das Relações de Trabalhos e Desigualdades – CEERT existem dezoito nomes de feministas africanas que têm inspirado feministas contemporâneas, e têm contribuído significativamente para o feminismo de várias formas, seja através da arte, da música, da escrita ou da política. Elas estão comprometidas a trazer as vozes das mulheres africanas para os espaços onde trabalham, e elas são de fato agentes de mudança, não apenas no continente Africano, mas também em toda a Diáspora Africana.

São elas as feministas: Theo Sowa, Abena Busia, Osai Ojigbo, Leymah Gbowee, Minna Salamm Amina Dohert, Nana Sekyiamah, Amina Mama, Yewande Omotoso, Purity Kagwiria, Yaba badoe, Aisha Ibrahim Fofana, Melissa Kiguwa, Ama Ata Aidoo, Maame Afon Obeng, Rainatou Sow, Chimamanda Ngozi Adichie e Hilda Twongyeirwe.

Os feminismos em África estão divididos entre as autoras que defendem o feminino, como Cleonora Hudson-Weems, autora e acadêmica afro-americana, atualmente é professora de inglês na University of Missouri, “que afirma que as perspectivas culturais das mulheres africanas não podem ser incluídas no feminismo”. O *African Womanism: Reclaiming Ourselves (1993)*, desenvolve uma teoria do feminino, centrada na relação entre as mulheres e a terra. E a escritora moçambicana Paulina Chiziane, e as nigerianas Oyèrónkè Oyewùmí e Ifi Amadiume.

E as feministas que defendem a equidade de gênero em África, como já foi citado acima a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, a qual fiz uso neste trabalho de dois ensaios desta autora “O perigo de uma única história” e “Sejamos todos feministas”. E do ensaio da feminista

e ativista, nigero-britânica Amina Mama, “Heroína e vilões: conceituando a violência colonial e contemporânea contra as mulheres na África” de 1997. E foi acrescentado a feminista e socióloga Fatou Sow, esta foi mencionada no subcapítulo MGF (Mutilação Feminina em África), que poderemos ver mais adiante. As demais feministas citadas acima, não tive acesso as suas obras traduzidas.

O feminismo em África algumas autoras negam sua existência, são as autoras do feminino que defendem esta negação como Oyewùmí, que diz que em África as mulheres sempre tiveram posições de poder, na família, na comunidade e na religião diferentemente do que o feminismo ocidental pretende afirmar. Oyewùmí crítica a família nuclear, diz ser característico do Ocidente.

“Notadamente, a compreensão é de que a modernização/ocidentalização cria em África dissimetrias de gênero, que, como insiste Amadiume, não existiriam na tradição Igbo que ela estuda e a qual ela própria pertence” (PINHO, 2012, p.971).

Para Oyèrónké Oyewùmí (2005), “gênero e patriarcado são imposições coloniais externas à própria organização das sociedades pré-coloniais africanas”.

A categoria de gênero, como foi elaborada pelo feminismo euro-americano, enquanto “categoria fundamental da diferença”, estaria baseada no modelo da família nuclear na qual a mulher é reduzida a esposa. Nesta direção, Oyèrónké Oyewùmí tenta uma interpretação da maternidade, nas sociedades africanas, supostamente independente dos papéis de gênero (subordinação ao marido, restrição ao espaço doméstico), associados a esta figura na tradição ocidental (OYEWÙMÍ, 2005, p.5).

A Socióloga nigeriana Oyeronké Oyewùmí adota em seus discursos uma crítica pós-colonial da tradição ocidental e do feminismo, afirmando que o gênero não era o princípio organizador da sociedade Yorubá, antes da colonização europeia. Assim as categorias “gênero”, “mulher” desigualdade de gênero se tornam inúteis como conceitos analíticos para a realidade africana. Olhar a família não pela perspectiva nuclear, tendo o homem como núcleo da sociedade, por que isso é do ocidente, mas sim para uma perspectiva de senioridade (ou seja pelos mais velhos), homens ou mulheres podem assumir posições de poder na sociedade e na família em razão da sua idade.

A imagem que o feminismo ocidental elaborou, a partir do modelo da família nuclear, era a imagem do homem provedor, mulher (esposa) e filhos. A autora Oyewùmí critica esse modelo nuclear porque para ela não se aplica em África.

Para Jimi Adesina, em seu texto intitulado “Práticas Africana: Lições de endogeneidade e Gênero na academia”, que tem como foco principal as estruturas familiares nas sociedades africanas, os conceitos de matrifocalidade, produzido pelos trabalhos das duas importantes acadêmicas africanas (nigerianas), Ifi Amadiume e Oyèrònké Oyewùmí, nos possibilita melhor compreensão das relações de gênero e identidade em África, assim como nos indica uma melhor maneira de trabalhar com questões políticas na luta pela igualdade de gênero.

Sobre a matrilineagens e patrilineagens Jacimara Souza Santana comenta em seu livro, *Mulheres Africanas de Moçambique*, pesquisa feita pela autora na revista tempo que:

Em boa parte do continente africano, a organização das sociedades foi fortemente influenciada pelas relações de parentesco, que têm como base o sistema de linhagens. Trata-se do sistema variado e com nível de predominância diferenciado espaços urbanos e rurais. Porém podem apresentar alguns aspectos comuns: baseia-se na descendência unilinear, isto é, na pertença de um indivíduo ao grupo de descendência (linhagem) e se estabelece por filiação transmitida exclusivamente por intermédio do pai ou da mãe” (SANTANA, 2014, p.60).

Neste sentido, a teoria antropológica distingue entre patrilineagens (linhagens formadas por descendência masculina) e matrilineagens (linhagens formadas por descendência feminina). Nos sistemas patrilineares, uma mulher pertence à linhagem do seu pai, mas seus filhos pertencem à linhagem do seu esposo. Contrariamente, nos sistemas matrilineares um homem pertence à linhagem da sua mãe e seus filhos pertencem à linhagem da sua esposa (SANTANA, 2014, p.60).

A autora comenta que no período do estudo (1975-1985), da história de Moçambique, essas duas formas de sistemas de linhagens estão presentes, podendo se identificar,

Ao norte, a descendência matrilinear, incluindo as Províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula; ao sul nas Províncias de Gaza, Maputo e Inhambane predominava o sistema patrilinear; e na região central do país, envolvendo as Províncias de Zambézia, Tete, Sofala e Manica, temos o encontro dessas duas formas de linhagens (SANTANA, 2014, p. 60-61).

Nas sociedades de predominância patrilinear as mulheres geravam valor e elas próprias eram os bens de troca. Embora com nomes e formas variadas, as práticas culturais do casamento tradicional e da poliginia foram comuns nos dez primeiros anos após a independência e ainda persistem até os dias atuais (SANTANA, 2014, p. 61). Mais adiante será abordado sobre estas tradições que subjagam as mulheres moçambicanas.

Já o livro de Oyèrònké Oyewùmí (*A invenção das mulheres*) de 1997, é centrado na sociedade Yorubá. O livro representa decididamente um diálogo frontal com as narrativas

totalizantes de gênero do discurso ocidental. Como argumenta Oyewùmí (1997), a lógica cultural das categorias sociais ocidentais baseia-se na ideologia do determinismo biológico... “Esta lógica cultural é uma ‘biológica’; uma tendência para impor papéis sociais e categorias ao anatomicamente feminino, ou àquilo que ela chama de ‘ana-femininas’ enquanto distintas de ‘ana-masculinos’. Este ‘raciocínio baseado no corpo’, argumenta ela, foi imposto à leitura das sociedades africanas e dos dados etnográficos, mesmo que nessas sociedades a interação entre o biológico e o social apontasse numa direção diferente. Colocado de forma mais simples, ‘na sociedade Yorubá pré-colonial a forma corporal não fundava uma base de hierarquia social: os homens e mulheres não eram classificados segundo distinções anatômicas’, Oyewùmí (1997, apud ADESINA, 2012, p. 200-201).

Para a autora do feminino Oyeronké Oyewùmí que é uma das principais vozes de gênero na África, para quem gênero e patriarcado são imposições coloniais externas à própria organização das sociedades pós-coloniais africanas. A sociedade Yorubá ao qual a autora pesquisou, ela pode ser descrita como uma família não-generificada. É não-generificada porque papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero. Então significativamente, os centros de poder dentro da família são difusos e não especificados pelo gênero. Porque o princípio organizador fundamental no seio da família é a antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade e não gênero. Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas, Oyewumí (1997, apud LOPES, 2005, p.6).

A dificuldade da aplicação de conceitos feministas para expressar e analisar as realidades africanas é o desafio central dos estudos de gêneros africanos. O fato é que as categorias de gênero ocidentais são apresentadas como inerentes à natureza (dos corpos), e operam numa dualidade dicotômica, binariamente oposta entre masculino/feminino, homem/mulher, em que o macho é presumido como superior e, portanto, categoria definidora, é particularmente alienígena a muitas culturas africanas. Quando realidades africanas são interpretadas com base nessas alegações ocidentais, o que encontramos são distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta de compreensão, devido à incomensuralidade das categorias e instituições sociais. “Na verdade, as duas categorias básicas de mulher e gênero demandam repensar, [...] como argumentei em meu livro *The Invention of women: Making na African Sense of Western Gender Discourses*”, Oyewumí (1997, apud LOPES, 2005, p.8).

Ifi Amadiume (antropóloga) em seu livro (*Filhas masculinas, maridos femininos*) de 1987 colocou alguns acontecimentos dos discursos de gênero das décadas precedentes. A autora citou a comunidade Nnobi (da Nigéria Oriental), que embora desfrutando de uma dualidade sexual, a comunidade Nnobi era predominantemente matricêntrica, aspecto que se propagava do seu mito de origem até ao agregado familiar, do modo de organização da produção econômica até ao seu sistema de governo. A autora identificou uma forte orientação feminina e matrifocal, e observou que o aspecto central da rede de parentesco é o espírito de maternidade partilhada. Os dados mostram uma dualidade sexual das atividades econômicas, da riqueza material, etc. A instituição de “primeiras filhas” significa que tanto elas como os homens podem ter várias esposas. Nesta instituição, as primeiras filhas, mulheres estéreis, viúvas ricas, esposas de homens ricos e mulheres camponesas ou comerciantes bem-sucedidas, tomam esposas para si, e estas mulheres são denominadas como “esposos femininos”. As relações sexuais com intuito de reprodução ocorrem entre a esposa e parentes escolhidos do “esposo feminino”, sendo as crianças resultantes desta relação denominada como filhos do “esposo feminino”, Amadiume (1987, p. 31, apud ADESINA, 2012, p.200).

Para Oyewùmí, “essas concepções confundem a mente ocidental e, portanto, não deveriam ser aprisionadas pela moldura interpretativa feminista”, Oyewùmí (1997, apud LOPES, 2005, p. 8).

Como explica Adesina, Ifi Amadiume, em seu artigo intitulado de “Teorizando o matriarcado em África” de 2005, teoriza o conceito de matriarcado não como um sistema totalitário, mas como um sistema estrutural, distingue entre a academia eurocêntrica, e uma perspectiva afrocêntrica e identifica os trabalhos de Cheikh Anta Diop. Comentou a autora que Cheikh Anta Diop (1991), demonstrou que no contexto africano, mais que a patrifocalidade, a norma é a matrifocalidade, Amadiume (2005, apud ADESINA, 2012, p.203).

Ifi Amadiume sugere que é necessária uma análise estrutural do simbolismo metafórico de matrilinearidade, e como foi difícil para o europeu aceitar a invisibilidade ou distância do homem africano, o que para Diop (1991), sendo africano, não teve nenhuma dificuldade em falar de um regime matriarcal. Isto demonstra o quanto os europeus recusavam esta estrutura de sociedade na África. Mais a matrifocalidade nos estudos de gênero em África, tem um valor heurístico que vai para além da forma como teorizamos gênero, Amadiume (2005 apud ADESINA, 2012, p. 203).

As autoras Crosariol e Diniz (2012), citam em seu artigo “Niketche: As diversas facetas do ser mulher em Moçambique”, o ensaio feito pela pesquisadora italiana Teresa de Laurentis

(1994), “A tecnologia do gênero” onde Laurentis (1994), problematiza a noção de “diferença sexual” [...] isso porque, ao se pensar a mulher como diferente do masculino, é ainda um padrão falocêntrico que marca o discurso. Além disso, considerar o feminino em função do masculino produz também o agravante de reduzir homens e mulheres a grupos homogêneos, como se todas as mulheres tivessem características comuns e como se todos os homens compartilhassem os mesmos caracteres.

Para Laurentis (1994), esta premissa que leva em consideração a genitália do indivíduo é falha, quando pensamos na circunstância de uma mulher que vive na favela são bastante diversas das vivenciadas por uma mulher financeiramente abastada. Ou outro exemplo citado por Laurentis é o da mulher moçambicana que vive em meio a uma cultura monogâmica que tem um cotidiano bastante diferente do vivido por uma moçambicana criada em um grupo no qual a poligamia é prática aceitável (CROSARIOL E DINIZ, 2012, p. 110).

As autoras analisam o romance *Niketche*: uma história de poligamia, da escritora moçambicana Paulina Chiziane, lançado em 2002, e na Companhia das Letras em 2004.

Segundo as autoras, essa percepção que norteia o olhar da escritora moçambicana do feminino Paulina Chiziane, ou seja, a de que a abordagem do feminino não deve se restringir à exposição de apenas um tipo de mulher, tomada pelo paradigma do “ser moçambicana. É necessário abordar essa existência em suas várias facetas, por meio da exposição de várias mulheres diferentes, marcadas por fatores étnicos, sociais e culturais específicos. *Niketche* é o nome de uma dança tradicional que é feita pelas meninas em rituais de iniciação sexual no norte de Moçambique. Chiziane afirma que sua obra *Niketche* “não se trata de uma obra feminista, mas sim, feminina” (CROSARIOL e DINIZ, 2012, p.111).

Portanto com esta afirmação constata-se Crosariol e Diniz (2012), que a autora deixa explícito que esta obra não é uma crítica ao ser masculino, mas para que estas mulheres não andem a frente deles, mas ao seu lado, livre da hierarquia homem/mulher, o qual constrói um discurso machista e androcêntrico.

A escritora Paulina Chiziane em entrevista ao “Brasil de Fato” em São Paulo em 2016, afirma que seu país possui um dos maiores movimentos feministas da África. “Depois da libertação, e que a pauta das mulheres entra como política de estado; somos a nação com mais mulheres em cargos de poder na política”.

Conta a escritora que nasceu em Manjacaze, sul do país, região marcada por um forte patriarcado. “Ainda hoje, eu que sou uma mulher velha, quando chego ao meu vilarejo tenho



que me abaixar quando vejo um homem em sinal de respeito. Pode ser qualquer um, até mesmo um bêbado”.

E disse “que assim como os brasileiros vão beber em fonte africana como um resgate de identidade e ancestralidade, ela acredita que a África precisa também se aproximar do Brasil”.

E finaliza “me tornei mais atrevida em relação a minha escrita quando entrei em contato com os movimentos negros brasileiros, isso me deu vitalidade de discutir o que significa ser negro dentro e fora da África”.

Chiziane em seu romance *Niketche: uma história de poligamia*, cita as diversas mulheres moçambicanas, revela a existência de dois países distintos dentro de um, como são diferentes as mulheres do Norte, e as do Sul, as monogâmicas e as poligâmicas. Como se diferenciam de acordo as influências culturais, étnicos e sociais. As mulheres do Sul acham que as do Norte são umas frescas, umas falsas. As do Norte acham que as do Sul são umas frouxas, umas frias.

As do Norte as mulheres se se enfeitam com flores se embelezam e cuidam-se. No Norte a mulher é luz e deve dar luz ao mundo. No Norte as mulheres são leves e voam. Dos acordes saltam sons mais doces e mais suaves que o canto dos pássaros. No Sul as mulheres vestem cores mais tristes e pesadas. Tem o rosto sempre zangado, cansado e falam aos gritos como quem briga, imitando os estrondos da trovoada. Usam lenço na cabeça sem arte e sem beleza, como quem amarra um feixe de lenha, vestem-se porque não podem andar nuas. Sem gosto. Sem jeito. Sem arte. O corpo delas é reprodução apenas. Chiziane, (2004, apud CROSARIOL E DINIZ, p. 114).

A escritora Paulina Chiziane, faz um apelo para as mulheres se unirem e se tornarem independentes: “ Quero encorajar o meu povo, as mulheres da minha terra: por muito difícil que as condições sejam, caminhem descalços e vençam”, ela nos convida em seu romance *Niketche: Uma história de Poligamia* (2002), uma análise pelas diversas facetas das mulheres em Moçambique onde relata a vida de Rami, que á casada a mais de 20 anos com Tony comandante de polícia, que após descobrir que o marido tem mais quatro mulheres e vários filhos com elas, resolve procura-las, Rami que é moradora do sul de Moçambique, região em que a imposição cultural do colonialismo português ocorreu de maneira mais intensa, ela incorporou práticas trazidas com a colonização, como o casamento na igreja católica e a alfabetização, cada esposa de Tony representa uma localidade de Moçambique e, assim, a autora nos dá a conhecer as várias facetas das mulheres no país.

Conforme Crosariol de Diniz (2012, p.112), Chiziane apesar de não expor todas as províncias de Moçambique em sua obra, procura demonstrar que a mulher moçambicana não

deve ser vista de forma homogênea, o que acabaria por alimentar uma imagem estereotipada e redutora a seu respeito. Em vez disso opta por representar as múltiplas possibilidades do ser mulher no país, ao mesmo tempo em que discute a controversa questão da poligamia por meio da observação das práticas culturais e sociais de Rami (a esposa oficial de Tony criada, de acordo com os princípios cristãos e monogâmicos), Julieta, Luiza, Saly e Mauá (as demais “esposas”).

E a faceta utilizada por Rami, que inverteu sua condição de mulher submissa, para uma mulher de atitude, demonstrando a força que tem as mulheres quando se unem.

Em o “perigo de uma única história” a nigeriana escritora e feminista Chimamanda Adichie narra uma história vivida por ela na sua infância que perdurou até sua fase adulta, quando teve discernimento para distinguir, o poder que se tem uma história criada de maneira generalizada, e vista do alto.

Conforme Ngozi (2012) esta história se inicia em casa com a imagem que sua mãe tinha da família de Fibe (menino que sua mãe trouxe para casa quando ela fez 08 anos), ideia de pobreza e ineficiência, e que foi logo contestada por ela, quando foi até sua casa no vilarejo; da surpresa que ela causou a sua colega de quarto, quando foi estudar em uma Universidade nos Estados Unidos aos 19 anos, por ser africana e falar bem o inglês, sem saber ela, que o idioma oficial da Nigéria era o inglês, ela tinha uma história única da África, história catastrófica, era essa a imagem passada da África, tal como disse Chimamanda: “eu acho que essa história única da África vem da literatura ocidental”.

É porque para eles não foram passadas uma outra história, e com isso é muito difícil desfazer os estereótipos criados pelos países ocidentais a respeito de África.

E salienta Ngozi (2009), todas essas histórias fazem de mim quem eu sou. Mas insistir somente nessas histórias negativas é superficializar minha experiência e negligenciar as outras histórias que me formaram. A ‘única história cria estereótipos’. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história.

Para Ngozi (2009) a África tem histórias catastróficas, mas não só acontece histórias de catástrofes na África e é muito importante falar delas, é que ela sempre quis se relacionar com as pessoas, sem se relacionar com todas as histórias do lugar ou da pessoa. ” Que a consequência de uma história única é essa: ela rouba das pessoas a sua dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como somos diferentes ao invés de como nós somos semelhantes”.

Complementou Ngozi (2009, p.05), “História importam. Muitas histórias importam. Histórias tem sido usada para expropriar e tornar-se maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar” pondera. “Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida”.

A escritora e feminista Ngozi (2009, p.05), finaliza dizendo: “que quando rejeitamos uma única história, percebemos que nunca há uma história só sobre qualquer lugar, e com isso nós recuperamos um tipo de paraíso”.

Ngozi (2012, p.13-14), em seu ensaio “Sejamos todos feministas” uma versão modificada de uma palestra que ela deu em dezembro de 2012 no TedxEuston, conferência anual com foco na África, conta como se descobriu feminista através do olhar de um amigo, e que nem sabia o que significava, e que ao descobrir seu significado se considerou como uma. Citou que mais tarde uma professora nigeriana veio dizer a ela que o feminismo não fazia parte da sua cultura, que era antiafricano, e que, se ela se considerava feminista, era porque havia sido corrompida pelos livros ocidentais [...] “de qualquer forma já que o feminismo era antiafricano, resolvi me considerar “feminista, feliz e africana”.

Para Ngozi (2012, p.30), “a questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. Importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos”.

E comenta Ngozi (2012, p.47), que “tem gente que diz que a mulher é subordinada ao homem porque isso faz parte da nossa cultura. Mas a cultura está sempre em transformação”.

E exemplifica citando que “tenho duas sobrinhas gêmeas e lindas de 15 anos, e que se tivessem nascido há cem anos seriam assassinadas: há cem anos a cultura Igbo considerava o nascimento de gêmeos como mau presságio. Hoje essa prática é impensável para nós”.

E Ngozi (2012), continua perguntando para que serve a cultura, e diz que a cultura funciona, para preservar e dar continuidade a um povo, e comenta que na família dela a mais interessada pela história de quem somos, nossas terras ancestrais e tradições é ela, que seus irmãos não têm tanto interesse nisso, mas que na cultura Igbo favorece aos homens, as mulheres não têm voz ativa, e que, portanto, mesmo se interessando não pode participar das reuniões. Porque é mulher.

E afirma “a cultura não faz pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura” (NGOZI, 2012, p. 48).

Mesmo Ngozi sendo autora do feminismo e Paulina Chiziane autora do feminino, ambas se confrontam com a questão da África ser tratada com “o perigo da história única”, citado por Ngozi, a história do continente africano ser tratado como se a África fosse um país, e toda África ser tratada de maneira igual, como se só houvesse uma única história em África, são os estereótipos. Mesmo Moçambique sendo um só país, possui histórias, culturas e mulheres com vivências diferenciadas, que dirás um continente como a África que é tão heterogêneo. Como citou Paulina Chiziane em seu romance Niketche: uma história de poligamia, na qual ela diferencia as mulheres do Norte e as do Sul, assim como as monogâmicas e as poligâmicas que se comportam de acordo a cultura de sua região e as histórias de vidas de cada uma delas.

## 2.2 FEMINISMO NO BRASIL

Neste subcapítulo comentarei um pouco sobre o feminismo no Brasil, para melhor compreensão da história destas mulheres, que por razão do exílio se refugiaram na França, onde participaram de grupos feministas, se tornando com o passar do tempo militantes sociais. Elas deram sua contribuição, para o que se tornou posteriormente os movimentos feministas na Europa, Brasil e África.

Em sua obra intitulada “Uma História do Feminismo no Brasil” (2003), a autora Célia Regina Jardim Pinto contou com a contribuição de algumas escritoras do feminismo. Céli Pinto (como é chamada) sinaliza que são múltiplos os objetivos, as manifestações e as pretensões do feminismo brasileiro. E decorrência de ser um movimento difuso, Pinto (2003), em sua obra destaca as principais tendências, situando em dois momentos no primeiro capítulo aborda, o final do século XIX até o ano de 1932, e o segundo capítulo aborda o período pós- 1968.

Em seu primeiro capítulo, intitulado de “Em busca da cidadania”, Pinto (2003), discorre sobre conjuntos diversos de manifestações do movimento feminista, identificando duas tendências, que tiveram início no final do século XIX, e se estenderam pelas três primeiras décadas do século XX.

A primeira tendência teve como foco o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz. A autora chama essa tendência de movimento “bem-comportado”, por sinalizar o caráter conservador desse movimento, o qual não questionava a opressão da mulher. Nesse sentido a luta para inclusão das mulheres à cidadania não era caracterizada pelo desejo de alteração das relações de gênero, pois nesta época não se reivindicava a equidade de gênero.

Com o movimento sufragista se espalhando pela Europa na segunda metade do século XIX, os direitos femininos começaram a ser reivindicados separados das outras classes. Tiveram que se organizar isoladamente formando um movimento de sufrágio feminino (PINTO, 2003, p. 13).

<sup>2</sup>Este movimento sufragista euro-centrado liderado por mulheres brancas reivindicavam o direito ao voto que só era dado aos homens. Enquanto estas mulheres brancas lutavam pelos direitos ao voto, as mulheres negras lutavam pelo direito de serem reconhecidas como pessoas. As mulheres brancas lutavam por questões válidas isto é fato, enquanto as negras estavam a mil passos atrás lutando por coisas básicas que a mulher branca já havia alcançado. Esta desigualdade motivada pela questão econômica e racial é notada até os dias atuais.

Com o movimento das mulheres brancas pela luta por direito à cidadania, não se questionava ainda a submissão feminina nem a igualdade de gênero. A princípio, estas mulheres se uniam em prol do sufrágio feminino, para que assim a sociedade tivesse um bom andamento, com homens e mulheres escolhendo seus representantes. Vale salientar que nem todos os homens eram a favor de que suas esposas votassem, portanto, elas não tinham apoio em sua maioria nem dos seus esposos, pais e irmãos.

Depois de um longo período de estudos em Paris, Bertha Maria Julia Lutz, uma das figuras pioneiras do feminismo no Brasil volta, em 1922, organiza a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF); de fato a mais conhecida e importante organização em defesa dos direitos negados pelo estado brasileiro à mulher. Tendo o Rio de Janeiro como o principal local de irradiação do Movimento, houve proliferação de suas ideias em outros locais (PINTO, 2003, p. 21).

Segundo Otto (2004), Bertha ao voltar para o Brasil ingressou por concurso público como bióloga no Museu Nacional, sendo a segunda mulher a entrar no serviço público brasileiro, criou em 1919, a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Em 1922, Bertha representou as brasileiras, na Assembleia-Geral na Liga das Mulheres eleitoras nos Estados Unidos. Somente dez anos depois do ingresso das brasileiras na liga das Mulheres Eleitoras em 1932, por decreto-lei do Presidente Getúlio Vargas, foi estabelecido direito do voto feminino.

“Em 24 de fevereiro de 1932, quando o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto n. 21.076, o qual disciplinava que era eleitor, maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma do código” (PINTO, 2003, p.28).

---

<sup>2</sup> O que a autora chama de movimento “bem-comportado”, para algumas autoras é chamado de 1ª onda do feminismo que inicia no século XIX, bem como a 2ª onda nos anos 1960 século XX, e a 3ª onda nos anos 1980.

Com este decreto estabelecia-se que o eleitor, maior de 21 anos sem distinção de sexo, teriam direito a votar nas eleições, deixando claro que era para ambos os sexos, por que antes houve a Constituição de 1891 que citava cidadãos e entendeu-se que por ser no masculino só os homens poderiam votar. E assim um grande passo foi concretizado, depois de muitas lutas e movimentos feminista por um longo tempo.

Bertha faleceu no Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1976, aos 84 anos, mas sua atuação parlamentar foi marcada por proposta de mudança na Legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, visando, além de igualdade salarial, a licença de três meses para gestante e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas diárias (Dados do Senado Federal).

Como foi citado anteriormente Bertha Lutz foi uma das pioneiras deste movimento feminista pelo direito ao voto, pois até então não se reivindicava a igualdade de gênero, nem as condições das mulheres negras. Bertha por ser branca e de família abastada, até então, não se atentava para a questão de a mulher negra ser inserida nesta sociedade, mas o direito ao voto não deixou de ser um grande passo para as mulheres exercerem sua cidadania.

E continuando com a que a autora Pinto (2003), chamou de segunda tendência do feminismo “malcomportado”, a vertente que reúne uma gama heterogênea de mulheres (intelectuais, anarquistas, líderes operárias) que, além da inserção política, defendem o direito à educação e falam em dominação masculina, abordam temas que para época eram delicados como por exemplo, a sexualidade e o divórcio.

Há uma terceira vertente que a autora chama de “o menos comportado dos feminismos”, que se manifesta especificamente no movimento anarquista e no partido comunista, tendo como expoente Maria Lacerda de Moura.

Conforme Thais (2012), Maria Lacerda de Moura. Mineira nascida em 1887, se casou aos 17 anos, mas apenas com 27 anos começou a recusar a identidade doméstica e estudar diversos assuntos, até adotar uma posição de feminista radical. Ela é considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil, mas diferente das outras feministas da época, ela visualizava e criticava a condição das mulheres observando a questão da exploração do trabalho, ou seja, seu feminismo observava realidade das mulheres operárias. Ela foi uma das ativistas mais envolvidas com o movimento anarquista brasileiro. A sua luta era contra todo tipo de exploração, injustiça e preconceito.

“Maria Lacerda de Moura uma das mais importantes militantes no início do século XX, nascida de família pobre, professora e autora de livros, afirmava: “O homem aparecia como o opressor identificado no capitalista, no patrão que explorava as mulheres” (PINTO, 2003, p.37).

Diferente de Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura era de família pobre, portanto, já tinha uma visão crítica da situação das mulheres operárias, diferentes das feministas de elite. Ela observava a exploração destas mulheres por estes patrões, em um sistema capitalista, no qual o principal objetivo era ganhar mais dinheiro, pouco se importando com o bem-estar de seus funcionários. Por isso ela cita a figura do patrão como opressor.

Pinto (2003), chama este movimento de “o menos comportado dos feminismos”, por que até então nenhum movimento lutava contra a exploração das mulheres operárias, da opressão que estas passavam, e como eram injustiçadas. Maria Lacerda de Moura lutava pela liberdade sexual das mulheres, era a favor do divórcio e da alteração do currículo nas escolas, ela defendia os direitos das mulheres não só ao voto, mas contra qualquer tipo de opressão, lutava para que a mulher tivesse direito a sua cidadania, e um amor mais livre.

Segundo Santana (2014) em 1919, Maria Lacerda junto com Bertha Lutz fundou a Liga pela Emancipação Feminina. A sua participação na Liga era para defender a instrução feminina como forma de emancipação, uma das formas visualizadas por ela para emancipar a mulher. Era a proposta da inserção da matéria “História da Mulher” nos currículos escolares. Ao perceber que a luta pela emancipação feminina defendida pela liga era considerada burguesa demais para ela, se afastou, inclusive, passou a negar o feminismo por não conseguir se identificar com os movimentos feministas da época. Maria Lacerda defendia não só mudanças no currículo das escolas, a educação em si e os direitos das mulheres, mas também o amor livre, era a favor de uma educação sexual, combate ao fascismo e ao militarismo e era anticlerical.

Segundo Thais (2012), enquanto o feminismo no Brasil tratava apenas do Sufrágio feminino e coisas afins, Maria Lacerda ousava, ao criticar a repressão sexual feminina, ser a favor do divórcio e do amor livre, lutar contra a exploração do capitalismo entre outras coisas. Ela é considerada uma das pioneiras do anarco feminismo<sup>3</sup> no Brasil.

“Sou indesejável, estou com os individualistas livres, os que sonham mais alto, uma sociedade onde haja pão para todas as bocas, onde se aproveitem todas as energias humanas, onde se possa cantar um hino à alegria de viver na expansão de todas as forças interiores, num sentido mais alto para uma limitação cada vez mais ampla da sociedade sobre o indivíduo” discurso de Maria Lacerda (THAIS, 2012).

Pinto (2003), comenta sobre a fundação do partido e da federação que defendiam os direitos das mulheres como o Partido Republicano Feminino em 1910, a fundação da Federação

---

<sup>3</sup> Anarco feminismo é o movimento de luta pela libertação da mulher com um viés anarquista. Para as anarco feministas, a emancipação feminina só se dará com a destruição do Estado e do sistema de classes, responsáveis pela opressão do gênero feminino.

Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), em 1918, bem como o jornalismo feminista e o feminino anarquista, são tópicos tratados neste primeiro capítulo da sua obra.

O feminismo ressurgiu na década de 60, após um período de desmobilização. Nas mesmas circunstâncias dos movimentos contestatórios dos anos 60, o que ocasionou uma verdadeira mudança no modo de pensar e agir característico de algumas pessoas daquela época.

Ressurgiu no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 1960, a exemplo do movimento estudantil na França, das lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã dos Estados Unidos e do movimento hippie internacional que causou uma verdadeira revolução dos costumes (COSTA, 2013, p. 2).

Com o golpe de 1964, esses movimentos sociais sofriam perseguições, torturas e desaparecimentos de seus representantes e participantes.

Segundo Araújo (2006), em 1949 a publicação do livro “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, viria influenciar os movimentos feministas a partir dos anos 1960, na medida em que mostra que a hierarquização dos sexos é uma construção social e não uma questão biológica. Ou seja, a condição da mulher na sociedade é uma construção da sociedade patriarcal.

Maria Lygia Quartim Moraes em seu artigo “O feminismo político do século XX” (2015), cita a importância da participação das mulheres brasileiras, e que no período da ditadura militar estas mulheres se exilaram na França, participando de grupos feministas no exílio europeu, e se consolidando como movimento social.

Simone de Beauvoir reconheceu que seu livro era útil para as militantes, mas “não era um livro militante”, naquele momento ela ainda acreditava que a condição feminina evoluiria com o tempo e por isso lhe pareciam justas as críticas das feministas americanas dos anos 1970:

Que a mulher seja fabricada pela civilização, e não biologicamente determinada, é o ponto que nenhuma feminista coloca em dúvida. Elas (as do norte-americanas) se afastam de meu livro no plano prático: recusam-se a confiar no futuro, querem desde já dirigir seus destinos: foi neste ponto que mudei: sou-lhes razão (MORAES, 2015, p. 3).

A partir dessa autocrítica, Simone de Beauvoir afirma que feminismo é lutar por reivindicações propriamente femininas, paralelamente à luta de classes, e se declara feminista: “Em resumo, no passado achava que a luta de classes deveria ter prioridade sobre a luta dos sexos. Hoje considero que as duas devem ser travadas ao mesmo tempo”.

Os movimentos feministas na citação de Beauvoir nos 1970 estavam tomando uma nova roupagem, uma nova concepção política menos ingênua, um feminismo militante. Mas ela não



era, e nem se propunha a ser uma militante feminista; era uma intelectual ligada a Sartre (seu companheiro eles não se casaram, tinham um relacionamento livre, Simone se relacionava com outros homens e mulheres e Sartre com outras mulheres), e ao projeto editorial da revista *Les Temps Modernes*. Uma das frases mais conhecidas de Simone de Beauvoir é que “Não se nasce mulher: torna-se mulher”. O ser mulher para Simone de Beauvoir, é uma questão de percepção.

Segundo Moraes (2015, p.06), a partir de 1973, o golpe de Estado no Chile, o acirramento da repressão política na Argentina e a permanência da ditadura militar brasileira, concentraram em Paris centenas de fugitivos. A França tornou-se o epicentro do asilo político, reforçando os laços entre a esquerda francesa e os militantes políticos. Na época, o Partido Comunista Francês era uma organização respeitada, com forte composição operária, presença sindical e atuação ideológica.

A liberação do aborto era uma reivindicação nacional, encabeçada pelas feministas com o apoio dos partidos comunistas socialistas. Os brasileiros exilados na França organizaram-se em vários grupos político, divididos entre as diversas tendências da esquerda brasileira, dos marxistas-leninistas ou maoístas, passando pelos guevaristas. No final dos anos 1960, um pequeno grupo liderado pelo intelectual João Quartum, criou a revista *Debate*, que adquiriu um grande prestígio e permaneceu ativa até 1979, constituindo uma etapa importante para que as feministas brasileiras ligadas ao *Debate* percebessem a necessidade de uma militância direcionada para a questão da mulher (MORAES, 2015, p.07).

Conforme Moraes (2015), nesta época as questões sobre sexualidade eram descartadas, considerado um tema sem importância e tampouco passível de discussão. Mas com o tempo devido a liberdade que a França oferecia o estilo de vida, colocou condições para o confronto de gênero, aos poucos o coletivo das mulheres transformou-se na mais dinâmica, atuante e influente organização do exterior.

Segundo Moraes (2015, p.07), a importância dos grupos feministas formados no exílio europeu também é ressaltada por Ana Maria Araújo, exilada uruguaia na França, para ela um dos mais importantes grupos de mulheres latino-americanas organizados do interior foi o Círculo de Mulheres Brasileiras, que defendia ao mesmo tempo, um feminismo de esquerda (favorável ao aborto) e de “massa” (propondo políticas públicas de Estado).

Observa-se que em 1975, com o governo de Geisel a história do feminismo teve um marco. A decisão da ONU (Organização das Nações Unidas) de definir este ano Internacional da Mulher na realidade brasileira, criando o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (PINTO, 2003, p.56).

No ano de 1975, no governo de Geisel, houve um acontecimento marcante na a história do feminismo, que foi a ONU ter definido este ano, como Ano Internacional da Mulher, se tornando uma realidade para as mulheres brasileiras, ao ser criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, uma conquista muito importante e significativa para as mulheres.

No início dos anos 80, as mulheres se dividem em dois Partidos Políticos o PT (Partido dos Trabalhadores) e PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro) que fortalecem seus movimentos por direitos iguais.

Com o apoio destes partidos, as mulheres ganham energia para prosseguir na sua luta pela igualdade de gênero, e assim, alcançar seus objetivos. A ONU estabelece o dia 08 de março como o dia Internacional da Mulher, em alguns Estados e Municípios.

Conforme Pinto (2003), a mulher já conquistava cargos através de eleições e uma maior participação política. Frutos de lutas, repressões, tensões, insistências e resistências no campo político as quais só ameaçavam a unidade do movimento feminista. Uma política que transformou o cotidiano das classes sociais e das mulheres.

Os movimentos das mulheres foram se superando e reivindicavam questões, como violência, aborto. Embora tivessem diversas conquistas, a maior luta das mulheres era contra o preconceito da presença da mulher na política, ambiente que tem em sua maioria homens. As mulheres lutam por respeito e reconhecimento neste espaço.

Logo após, realizou-se a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher na Cidade de Beijing no ano de 1995. Retratando a igualdade, o desenvolvimento e a paz. Consolidando um novo aspecto da luta, em que, além dos seus direitos, as mulheres ampliam sua pressão para que os compromissos políticos assumidos pelos governos nas conferências internacionais, sejam efetivados por meio da implantação de políticas públicas (CFEMEA, 2006, p. 36).

Foi elaborada a “Carta das Mulheres”, documento este proposto pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulheres – CNDM, uma vez que para as deputadas mulheres que fizeram a carta, a Constituição sem mulher fica pela metade, ou seja, atender os direitos da mulher é questão de democracia. Pinto (2003, p.74), detalha ainda todos os pontos os quais o documento defendia, como criação do Sistema Único de Saúde, autonomia sindical, ensino público e gratuito em todos os níveis, entre outros.

Com o declínio do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres), algumas de suas propostas não foram atendidas, por ter uma bancada fraca o CNDM não se sustentava para pressionar o governo.

Percebe-se com estas análises, que as mulheres lutam desde o século XIX, pelo direito de existir, serem donas dos seus próprios corpos, terem direitos à cidadania, e graças à coragem e iniciativas destas mulheres, nos dias atuais, consegue-se perceber que alguns dos direitos reivindicados naquela época foram garantidos e alguns espaços conquistados. Mas as mulheres continuam, porém, enfrentando ainda os mesmos vilões: a cultura, o preconceito, a discriminação e a violência, que mesmo com o apoio dos movimentos feministas e políticas de igualdade de gênero, não foram possíveis derrotar. Precisamos de leis mais rígidas, uma educação e sociedade que valorize a mulher, para que retrocessos como estes não continuem acontecendo.

Segundo Costa (2013), o feminismo no Brasil, há quem diga que acabou, mas ele nunca esteve tão ativo, mas com uma nova roupagem, já não “queima sutiã”, raramente faz passeata ou panfletagem, o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas, se acomodado com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizado.

O feminismo brasileiro e também o mundial de fato mudou, e não mudou somente em relação aquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivência suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz (COSTA, 2013, p. 1).

Assim como todos os outros movimentos mudam, o feminista não poderia ser diferente. Todos eles mudam com o passar do tempo e de acordo com as necessidades, por que estamos em constante movimento; antes se lutava por direitos ao voto feminino, mais adiante pelos direitos igualitários, e atualmente, contra todos os tipos de dominação masculina, e contra a violência de gênero que, mesmo sendo culturais e intrínsecas a uma sociedade patriarcal, a presença destes movimentos feministas vêm tentando, através de leis e ações, enfrentar, diminuindo seus efeitos.

O feminismo enquanto movimento social é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorear, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos, e posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista (COSTA, 2013, p. 01).

Conforme Álvarez (1990 apud COSTA, 2013), o movimento feminista sendo um movimento amplo de mulheres, defende os interesses destas mulheres questionando os sistemas culturais e políticos construídos a partir de papéis de gênero historicamente atribuídos as

mulheres e questionam a definição de autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, para que ocorra o princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da existência de esferas de decisões hierarquizadas.

Segundo Gurgel,

No Brasil em particular a partir do primeiro governo De Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), verifica-se um crescimento da presença do feminismo nos organismos governamentais, bem como um aumento do número de projetos desenvolvidos por ONGs feministas com apoio de fundos públicos (GURGEL, 2014, p. 65).

No primeiro Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, os projetos feministas aumentaram, pois recebiam incentivo governamental e apoio dos órgãos públicos.

A articulação entre projeto comum e a representatividade coletiva é um grande desafio para movimentos sociais com composição heterogênea, como o feminismo, que conta em seu interior com sujeitos com diversas experiências de opressões, a saber: mulheres negras, lésbicas, bissexuais, jovens, indígenas, imigrantes, entre outras (GURGEL, 2014, p. 68).

Esses grupos subalternizados têm especial atenção nos movimentos sociais feministas, por sofrerem diversas formas de opressões, por não se encontrarem no padrão de normatividade estabelecida pela sociedade, e o feminismo tem este desafio de representar esta diversidade.

O desafio é desenvolver, simultaneamente a crítica ao Estado e ao capitalismo, sem perder de vista as demais questões que constroem a identidade compartilhada das mulheres, seja na reivindicação de direitos sociais, seja no processo de oposição à estrutura patriarcalizada da sociedade (GURGEL, 2014, p. 72).

O feminismo definiu suas estratégias para combater seu inimigo histórico, o sistema patriarcal, que subjuga, domina e oprime as mulheres, causando-lhe baixa autoestima, potencializada pela falta de liberdade de ser “mulher”.

Segundo Gurgel (2014, p. 72) o feminismo como coletivo total proporciona, portanto, a inclusão horizontalizada das demandas específicas que compõem o sujeito “mulheres”, ao assumir como princípio a equidade de gênero.

Neste capítulo foi investigado o feminismo brasileiro, que por motivo do exílio ocorrido com o golpe militar de 1964 no Brasil, estas mulheres brasileiras exiladas se refugiaram na França, onde sentiram a necessidade de uma militância direcionada para a questão da mulher. A princípio reivindicavam a liberdade de seus corpos, com a liberação do aborto, até então não questionavam as questões de gênero, o que só vieram perceber mais tarde, quando perceberam a dominação dos grupos políticos, vindo a se desiludir e se separaram, se aproximaram-se de

grupo feministas, e aos poucos esse grupo de mulheres tornaram-se a mais dinâmica, atuante e influente organização do exterior. O feminismo em África segundo algumas autoras do feminino, ao contrário do Brasil e da Europa não questionam equidade de gênero, mesmo porque as mulheres em África ocupam posição de poder, e a questões de gênero não é o princípio organizador em África, a senioridade principalmente nas zonas rurais é utilizado para definir as posições ocupadas pelas mulheres, nesta sociedade.

## 2.3 FEMINISMO NEGRO NO BRASIL

Como foi citado anteriormente o movimento feminista no Brasil teve início com as mulheres brancas, que não atentava para as questões das mulheres negras, por ser tratada invisivelmente pela sociedade racista e patriarcal da época, passou a lutar por sua existência “na década de 1930 havia um grupo de mulheres negras que faziam debates sobre a condição das mulheres negras, por dentro da Frente Negra brasileira, esta organização da Frente Negra era um grupo pontual relevante para os estudos e também para militância do Movimento Negro no Brasil, mas é nos anos 1970 já em contato com as lutas antirracistas e as lutas feministas que as mulheres negras começam a se organizar mais ativamente no sentido de lutar pela condição de vida das mulheres negras e pelos direitos (MOREIRA, 2016 ).

Se fez necessário as mulheres negras se unirem e criarem o Movimento Feministas Negro, desde que as reivindicações do movimento feminista existente de predominância de mulheres brancas, não considerava as demandas das mulheres negras, que eram a luta contra o sexismo e o racismo.

Conforme Arraes (2014), o feminino Negro é um movimento social e um segmento protagonizado por mulheres negras, com o objetivo de promover e trazer visibilidade às suas pautas e reivindicar seus direitos. No Brasil, seu início se deu no final da década de 1970, a partir de uma forte demanda das mulheres negras feministas: O movimento negro tinha sua face sexista, as relações de gênero funcionavam como fortes repressoras das autonomia feminina e impediam que as ativistas negras ocupassem posições de igualdade junto aos homens negros; por outro lado, o Movimento feminista tinha sua face racista, preterido as discussões de recorte racial e privilegiando as pautas que contemplam somente as mulheres brancas.

Sueli Carneiro é filósofa e doutora em educação pela Universidade de São Paulo USP, Fundadora e coordenadora executiva do Geledés Instituto da Mulher Negra, é diretora vice-presidente do Fundo Brasil de Direitos Humanos e ativista do Movimento Feminista e do

Movimento Negro do Brasil, autora de inúmeros artigos sobre gênero, raça e direitos humanos em diversas publicações nacionais e internacionais. Para Carneiro (2003), enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar as trajetórias das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental, da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construído em sociedade multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu simultaneamente as desigualdades de gêneros e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil.

Segundo Carneiro (2003), em seu artigo *Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina*, a partir de uma perspectiva de gênero:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca, introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas na área de saúde, instituir a crítica de mecanismos de seleção no mercado de trabalho com a “boa aparência” que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras.

Participantes do movimento negro e feminista, as mulheres negras, conscientes da importância de seu papel na história, visam a desmascarar situações de conflito e exclusão. Com isso, não só contribuíram para a conquista de visibilidade como sujeitos políticos, perante esses movimentos e a sociedade, como também construíram um curso próprio através da constituição do movimento autônomo de mulheres negras. Com isso, lutaram e lutam para garantir a subsistência, direitos sociais e políticos, e qualidade de vida para si, seus familiares e para a comunidade. Explicitamente, a agenda política das mulheres negras transcende as questões de gênero, abarcando o combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito social (RIBEIRO, 2006, p. 804).

A partir de 1985, é notável uma oxigenação no feminismo. Daquele período aos dias atuais, foram realizados 14 Encontros Nacionais Feministas (ENF) e um total de dez Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe com expressivo aumento do número de participantes na mesma proporção da presença efetiva de setores com capacidade de

interferência nesse movimento, como as mulheres oriundas da militância sindical, popular e negra, elevando assim a gama de debates. Incorporada ao processo dessas transformações, Sueli Carneiro enaltece o enegrecimento do movimento feminista, fortalecendo o protagonismo das mulheres negras. A diversificação temática nos debates e ações no campo do movimento feminista nacional passou a ter repercussão internacional com o advento das Conferências Mundiais dos anos 1990, como a Conferência de Direitos Humanos (Viena, 1993); a III Conferência de População e Desenvolvimento (Cairo, 1984); a IV Conferência da Mulher (Beijing, 1995), entre outros (RIBEIRO, 2006, p. 805).

Instituto CPLF | Cultura abre uma série de debates online no Café filosófico onde reuniu pensadores feministas, de diferentes áreas, uma reflexão para a autonomia das mulheres, a pensadora feminina Núbia Regina Moreira socióloga, com o tema: Feminismo Negro no Brasil, deu sua grande contribuição, programa exibido em 20 de novembro de 2016.

Moreira comenta “que o feminismo negro não é uma denominação largamente aceita e corrente pelo conjunto de movimento de mulheres negras. Que é no interior da produção acadêmica que pudemos perceber o crescimento desta terminologia de feminismo negro”.

No final da década de 1980 e no início dos anos 1990, essas organizações se mobilizam e criam vários espaços de debates, tivemos 7 encontros, tivemos o Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988 encontro que demarca o que vamos fazer de nossas vidas, ele também é contemporâneo com o centenário da Abolição sai a cena desse país para cobrarem do Estado Brasileiro direitos para a população negra, as mulheres também estão à frente disso participaram deste encontro em torno de 450 mulheres, interessante é que as mesmas questões discutidas nas décadas de 1980 ainda estão na ordem do dia, esta questão da raça e do pertencimento racial. Como dizia Lélia Gonzalez “O racismo que independentemente se eu sou um a mulher negra de classe média, intelectualizada, rica ele atravessa minha vida, o racismo não escolhe classe social, assim como o sexismo não escolhe a classe social, estamos vendo aí os casos de violência retornando a cena do nosso país” (MOREIRA, 2016).

Conforme Moreira (2016), em 1997 acontece o X Encontro Nacional Feminista, ficou sobre responsabilidade da organização das mulheres negras, O tema: Gênero e Diversidade no País da Exclusão. É o primeiro momento de registro que tem na literatura, ou que eu tive acesso, em que o feminino vai se debruçar, conversar sobre a questão racial, isso foi um ganho impressionante. A partir dos anos 2000 que nós começamos a formular a organização do processo da Marcha das Mulheres Negras com o tema: Mulheres Negras, contra o Racismo, a

Violência e o Bem Viver, este bem viver é o lutar por outras formas de desenvolvimento social, pensar outra forma de viver desse sistema opressor.

Segundo Moreira (2016), se há um avanço em relação ao acesso das mulheres negras em alguns espaços, a gente luta ainda contra uma estrutura cognitiva ainda enraizada que pensa as mulheres negras de forma hierarquizada, e nós ocupamos lugares diferentes na sociedade, e esta relação de poder se estabelece entre nós.

Núbia doutora em sociologia pela UNB (Universidade de Brasília) acredita que não há um feminismo, mas vários. “As pautas se atualizaram e retratam as diferenças existentes entre as mulheres. Então, o que temos são novas demandas feministas que são concernentes às singularidades dos sujeitos mulheres”, explica a pesquisadora, autora do livro *Organização das Feministas Negras no Brasil* (2011).

Pontuou Moreira (2016), o avanço das lutas feministas desestabiliza a ideologizado patriarcado ao mesmo tempo em que essa ideologia, com o apoio de algumas instituições sociais, reforça os valores culturais patriarcais. A cada avanço dos feminismos e da sua difusão no seio da sociedade, podemos visualizar a melhoria na vida das mulheres em todos os setores, mas, principalmente, no processo de trabalho. Mas isso não significa o fim da opressão contra as mulheres.



### **3 O COMPROMISSO DA FRELIMO COM A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES MOÇAMBICANAS**

Moçambique é um país localizado na região Austral da África. Situa-se especificadamente entre a Tanzânia e África do Sul, com aproximadamente 29 milhões de habitantes atualmente. Faz fronteira ao oeste com Malauí, Zimbaue e Zâmbia: e ao leste sua costa é banhada pelo Oceano Índico. Este território é dividido quase que ao meio por um dos maiores rios africanos, o Zambeze.

O território moçambicano abrange onze grupos de povos, dos quais derivam trinta e duas línguas. Conforme Eduardo Homem e Sônia Correia (apud SANTANA, 2014, p.21), como exemplo dessa variedade, pode-se encontrar habitantes Macuas, na região norte; e ao sul Tsongas. Além destas variações de povos e culturas entre os nativos, Moçambique é um país marcado pela influência cultural dos árabes “cujo intercâmbio com os africanos originou a cultura Suaíle”, assim como pela dos indianos e portugueses, estes últimos responsáveis pela colonização do país desde fins do século XIX”.

Moçambique sob o regime de dominação colonial seus povos eram expostos a condições sub-humana, por isso não só Moçambique, como outros países da África, utilizaram a guerra como meio de conquistar suas independências. “A FRELIMO um movimento anticolonialista, de orientação marxista-leninista, fundado em 1962 na Tanzânia por Eduardo Mondlane, que em 1964 lança uma campanha militar em Moçambique, para libertar o território moçambicano do domínio português” segundo dados da infopédia. E daí foram dez anos de lutas ao qual teve grande contribuição das mulheres, pois estas não suportavam mais a opressão dos colonizadores e lutaram junto a FRELIMO para a independência do seu país.

Com base na leitura de Mulheres Africanas de Moçambique, destaquei algumas informações a partir da análise que a autora Jucimara Souza Santana (2014), fez sobre os discursos da mulher moçambicana por dez anos 1975-1985, período em que Moçambique comemorava sua independência do regime colonial, regime este que oprimia e subjugava os africanos e principalmente as mulheres.

Sob o domínio dos colonizadores as populações africanas eram oprimidas, inferiorizadas Foi a partir das publicações da revista Tempo, que a autora Jucimara Santana utilizou como uma de suas fontes de pesquisa para fazer o que ela chamou, de uma viagem até Moçambique, e analisar sobre o “discurso” destas mulheres durante os dez anos após

Independência. O termo “discurso” como citou a autora “é entendido em seu trabalho como práticas sociais.

No princípio do século XV, devido a sua localização geográfica na costa oriental do continente africano, Boléo (1961 apud GUERRA, 2014, p.3), afirma que Moçambique passou a ser explorado por Portugal, mas só com a Conferência de Berlim em 1885 é que se transforma “oficialmente” numa colônia portuguesa. Em 1975 após dez anos de guerra, Moçambique consegue sua independência, adotando a denominação de República Popular de Moçambique e o regime socialista liderado pelo FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique. A partir daí começa uma guerra civil entre os membros da FRELIMO e da RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana que dura de 1976 a 1992 ficando conhecida como a Guerra dos 16 anos. A Unidade Nacional pressupõe uma língua comum, uma vez que fortalece a coesão social e funciona como um veículo importante de valores e normas culturais, Tvedten, Paulo e Tuoninen (2009 apud GUERRA, 2014), a urgência em promover e solidificar essa unidade levou a Frelimo, desde os tempos da luta armada, a optar pelo português.

No dia 25 de junho de 1975 foi solenemente proclamada a independência de Moçambique, depois de dez anos de lutas armadas, o país passou para condição de República Popular, esta conquista foi muito comemorada pela Frelimo e a população em geral.

Em Moçambique, como em outras partes da África, o jugo imposto às populações africanas por intermédio da colonização europeia atuou como uma das causas primordiais para o desencadeamento dos movimentos de descolonização e independência. O domínio colonial, enraizado em conceitos de inferioridade racial sob forma de missão civilizadora para a África, impondo condições de vida degradantes às populações africanas. Em terras Moçambicanas, a administração colonial introduziu a prática do trabalho assalariado como um dever, passando a ser obrigatório, quando não havia apresentação voluntária, o chamado chibalo. Legalmente, o trabalho assalariado obrigatório era aplicado aos homens. Por este motivo, muitos parentes masculinos se ausentavam por longos períodos de suas famílias, como é o caso daqueles que buscaram o trabalho nas minas da África do Sul. Apesar de a lei colonialista do trabalho ter sido direcionada aos homens, as mulheres também eram recrutadas para as roças particulares ou do Estado colonial, para abertura de estradas e para trabalhos domésticos, como forma de pagamentos das dívidas de seus parentes masculinos (SANTANA, 2014, p. 37).

Este era o motivo porque muitos maridos se ausentavam por longos períodos, para buscarem trabalhos nas minas da África do Sul, com a ausência dos parentes masculinos, as mulheres além de arcarem com a responsabilidade doméstica, praticavam serviços de seus parentes masculinos, para pagarem suas dívidas. E nem sempre essas dívidas dos parentes masculinos eram reais, mais um caso de conveniência, mas era esta a justificativa utilizada pela administração colonial para o recrutamento irregular de mão-de-obra feminina.

No sistema educacional não era diferente em relação as questões raciais. A escola era vista como uma exclusividade masculina, mas o acesso dos africanos ao ensino era difícil, visto que sua aquisição funcionava como um critério de discriminação social, que se agravava ainda mais pelo fato de os contemplados pelo sistema educacional pertencerem, geralmente, ao grupo da pequena burguesia africana que não estava exposta às mesmas condições que a maioria da população (SANTANA, 2014, p. 38).

Segundo Santana, em 1912 alguns líderes desta pequena burguesia, se pronunciaram a favor das mulheres terem acesso à educação, embora o verdadeiro interesse era o de torná-las melhores mães e esposas correspondendo ao modelo europeu de comportamento social. Elas se educando poderiam se comportar melhor em sociedade e educar melhor seus filhos, seguindo os padrões europeus.

As mulheres tomaram algumas iniciativas de resistência à colonização como a greve de Buzi, realizada em 1947 é um exemplo destas investidas anticolonialistas abrangente no meio rural, foi um movimento grevista onde participou 7.000 mulheres que se recusavam ao cultivo de algodão, queimaram as sementes e tiveram participação em outras ações contra as concessionárias algodoeiras, e como resultado obtiveram isenção deste trabalho para as mulheres grávidas e mães com crianças de até 04 anos de idade. Outra iniciativa de fundamental importância foi a atuação das mulheres na propaganda de desprestígio do governo colonial perante a população e a divulgação de notícias do neófito movimento nacionalista, a Frelimo (SANTANA, 2014, p. 38).

Essas ações são provas de que as imposições colonialistas não eram aceitas pacificamente pelas mulheres, elas lutavam e resistiram aos desmandos do governo colonial europeu, desta forma elas se reuniram e contribuíram muito com o movimento de independência. As mulheres lutaram junto a FRELIMO para a Independência de Moçambique e o governo tinha planos para sua emancipação,

Conforme Santana (2014, p.19),

Após dez anos de luta (1964-1974), muitas pessoas puderam comemorar a independência de Moçambique do regime colonial (1975) e experimentar o redemoinho de mudanças que, a partir daí se estabeleceram. Chegava o tempo de a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), responsável pela liderança do movimento nacionalista e da luta armada, dentre essas novas experiências, assumindo a presidência do país em regime de partido único, e defendendo como proposta de governo, a construção de uma nova sociedade socialista. Isso incluía a implementação de medidas políticas que visassem a superação das diversas formas de opressão e de desigualdade existentes na sociedade, assim como, mudanças de comportamento e a adoção de novos valores e papéis sociais pela população, de modo em geral. Em relação às mulheres, essa proposta teve um impacto singular”.

Segundo Santana (2014), a FRELIMO tinha entre as políticas sociais do governo a emancipação política das mulheres, resultado da significativa atuação das mesmas no período da luta armada, o qual não foi fácil para essas mulheres a sua participação, porque ia contra a

sua tradição, mas iniciaram uma campanha demonstrando o quanto era importante sua participação, pois era uma luta popular, e elas sofriam mais que os homens com a opressão, e tinham os mesmos direitos e a mesma determinação em combater, e insistiram por treinamento militar e com armas. Não se tratava de uma concessão, mas de uma conquista pela atuação dessas mulheres como guerrilheiras, o que possibilitou a FRELIMO a construção de um discurso sobre elas, com a intenção de despertar as mulheres que não participaram da guerra e que só foram despertadas com as comemorações de vitória da independência, em 1975.

A ausência da população masculina era muito comum no sul do país, e isto se devia ao trabalho migratório dos maridos para as minas da África do Sul. Isto ocasionou a existência de povoados constituídos, em sua maioria, por velhos, crianças e mulheres que assumiam o papel de chefes de família (SANTANA, 2014, p. 44).

Portanto na ausência dos homens as mulheres eram responsáveis por garantir a sobrevivência, segundo Casimiro (2004, apud SANTANA, 2014, p.44), “sendo comum os movimentos autônomos de mulheres, reunidos em torno de causas coletivas, soluções para as suas necessidades e de suas famílias”.

Comenta Santana (2014, p. 42), que as mulheres já participavam de movimentos revolucionários desde os movimentos contra o colonialismo, mesmo antes da luta armada, camponesas faziam um papel importante de propaganda anticolonialista e grupos femininos das zonas urbanas, estudantes da cidade de Maputo e Xai-Xai que atuavam no (NESAM) Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique, de onde saíram lideranças que compuseram os primeiros quadros da Frelimo.

O NESAM foi responsável por suscitar em um grupo de mulheres a vontade de se aliar à causa da Independência. Porém algumas delas não satisfeitas com a distribuição e panfletos chegaram ao manuseio de armas: Foi o caso de Josina Machel, da província de Inhambane, que se inseriu na FRELIMO em 1965. Sua atuação nesta organização lhe permitiu ocupar espaços superiores, como a chefia do Departamento de Relações Exteriores e Assuntos Sociais, prestando assistência em especial, às causas das mulheres integrantes, ou na Frente de Libertação, quando uma de suas iniciativas foi a criação de orfanatos para os filhos das combatentes (SANTANA, 2014, p.42).

**Figura 3** - O dia da Mulher Moçambicana, surgiu em homenagem a heroína Josina Machel, (segunda mulher de Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique após a Independência), Josina teve papel ativo na luta pela libertação do seu país e pela a emancipação da mulher.



Fonte: Conexão Lusófona

Como consequência de sua postura política, foi indicada para participar do II Congresso da Frelimo na condição de delegada, algo de importância singular, pois o evento “no qual foram rediscutidas e definidas as diretrizes políticas do movimento e da luta de libertação nacional, inclusive o papel das mulheres na revolução” abrigou uma das maiores crises da história da Frente, Josina Machel ofereceu, ainda, importantes contribuições por intermédio da sua participação na II Conferência do Departamento de Defesa, “durante a qual expôs os obstáculos que se interpunham à integração cabal da mulher na revolução”, apresentando estratégias para a sua participação e emancipação (SANTANA, 2014, p.43).

Josina Machel morreu em 07 de abril de 1971 durante a Luta Armada e se tornou um exemplo memorável na história de Moçambique. Sua importante contribuição durante a guerra foi reconhecida por outras guerrilheiras. Estas guerrilheiras tomaram a iniciativa de solicitar ao Comitê Central da Frente, que o dia de morte desta destacável líder se tornasse uma data histórica na vida do país. Devido a esta solicitação a Frente decidiu eleger em sua 5ª sessão realizada em dezembro de 1972, o 7 de abril como dia

nacional das mulheres moçambicanas. Porém Josina Machel não foi a única a combater durante a guerra de libertação nacional e nem foi essa a forma exclusiva de contribuição feminina, quer durante a luta armada, quer após a independência (SANTANA, 2014, p. 43).

“Josina Machel foi destacada como um ícone desse compromisso feminino com a nação, sendo sua imagem associada a luta, no novo governo, pela emancipação feminina, ação por meio da qual é ressaltado o espírito de sacrifício exigido para a execução dessa proposta” (SANTANA, 2014).

Segundo Santana (2014), as mulheres foram admitidas no exército das lutas armadas em outubro de 1966, pelo Comitê Central da Frelimo, após dois anos de início das lutas armadas, a necessidade de ampliação das lutas armadas para outras áreas e a necessidade de tornar o movimento autônomo no interior do país, forma fatores favoráveis para a tomada desta decisão, foram delas a iniciativa de formar um exército feminino.

Assumir a condição de guerrilheiras foi uma conquista das mulheres.

**Figura 4** - Mulheres guerrilheiras da FRELIMO



Fonte: <https://www.geledes.org.br/os-40-anos-de-independencia-de-mocambique/>

Muitas mulheres que não se inseriram no Destacamento Feminino continuaram a contribuir com a Revolução por meio de outras formas, como por exemplo: no transporte de material, na produção de alimentos para as (os) combatentes, como informantes, professoras e enfermeiras. Neste sentido um caso memorável da participação feminina na guerra de libertação foi o de uma das mulheres carregadora de equipamentos que, mesmo depois de ter constatado que seu filho – atado ao seu corpo – havia falecido em decorrência de ter sido atingido por uma explosão durante o percurso, não deixou de prosseguir o seu caminho, cumprindo a missão de entregar o armamento que carregava à Frelimo. As mulheres tornaram-se necessárias à política da organização da Frelimo (SANTANA, 2014, p.47).

Este episódio demonstra o quanto estas mulheres contribuíram e almejavam a independência do seu país e que além de lutarem como guerrilheiras assumiam outras funções na Revolução, bem como demonstrar a força, coragem, determinação e a garra da mulher moçambicana.

Para Santana (2014), outra importante questão a ser considerada é que valores de raízes culturais estão envolvidos na geração das desigualdades entre o homem e a mulher, valores que, em muito, ultrapassam esta engrenagem econômica: ou seja, não basta ter independência econômica para que as mulheres sejam tratadas como iguais na sociedade.

Machel discursou na I Conferência das Mulheres Moçambicanas, evento este convocado pela Frente de Libertação, antes da Independência em 1973, foi realizado na Tanzânia, com o objetivo de discutir a condição social das mulheres moçambicanas, e pensar maneiras para sua emancipação. Conforme Santana (2014, p.57), reuniram-se mulheres de diferentes Províncias, profissões, condições, idades e “etnias”, mulheres tanto do norte como do sul de Moçambique, incluindo camponesas, professoras, enfermeiras, militares, estudantes, solteiras e casadas.

Para Machel, naquele momento a prioridade era a Independência, e a emancipação das mulheres algo que podia se pensar após a Independência quando o país estivesse melhor estruturado econômica, social e educacional, não era só alfabetizá-la mas conscientizar estas mulheres a respeito das novas concepções relativas à identidade da mulher revolucionária, mesmo porque em sua maioria as mulheres estavam presas a sua tradição.

Porém, a opressão das mulheres na sociedade moçambicana tinha aspectos singulares. No pensamento socialista geral, a opressão feminina resultava do encarceramento das mulheres no espaço domiciliar, um grande obstáculo à sua inserção no campo da produção. No entanto, em Moçambique, elas eram peças centrais na produção, cabendo-lhes o trabalho na agricultura e no comércio ambulante a fim de proverem suas famílias. Assim como em outros países da África, a agricultura se destacou como uma das principais fontes de economia. Durante a colonização, as mulheres foram marginalizadas das relações de produção do Estado, em especial porque, para os colonialistas, o trabalho era legalmente um atributo da população masculina, predominando, nesse período, uma agricultura de modelo capitalista voltada para o mercado exterior de mão-de-obra assalariada. Entretanto, a atuação feminina na produção familiar se manteve (SANTANA, 2014, p. 59).

A FRELIMO tentou fortalecer uma economia nacional, baseado na agricultura industrializada, destruindo a importância da produção familiar, incentivou as mulheres a adquirirem conhecimento técnico para continuarem fazendo parte da produção.

Apesar do trabalho das mulheres não resultar em salário, as mulheres desempenham um papel importante na economia nas sociedades africanas.

Segundo Santana (2014, p.62) a FRELIMO mostrou-se diferente a opiniões de outras experiências socialistas, que julgavam desnecessária a formação de uma organização específica para tratar as questões das mulheres, uma vez que a questão de classe era considerada hegemônica, convocou antes mesmo da independência, uma conferência das mulheres (1973) para discutir estratégias para a emancipação feminina, e, nessa mesma ocasião, fundou a OMM (Organização das Mulheres Moçambicana).

A OMM foi definida como uma organização de base da Frelimo, e devia seguir suas diretrizes políticas. Sua função principal era trabalhar pela emancipação feminina, e isto consistia em envolver as mulheres nas tarefas da Revolução e fazer com que elas conhecessem a linha política do futuro Partido e Governo. Outra função considerada primordial foi o “internacionalismo”, isto é, sua articulação com outras organizações de mulheres no mundo (SANTANA, 2014, p.62).

Segundo Santana (2014), a Organização das Mulheres Moçambicanas foi criada sem o consentimento das mulheres guerrilheiras que estavam convencidas que o Destacamento já cumpria um papel de mobilização não só para as envolvidas no exército da Frelimo, mas para aquelas pertencentes a população em geral, e que contribuíam para o surgimento nas zonas libertadas, de novas formas de vida em termos de saúde, educação e produção.

Apesar de reconhecer a existência de uma dominação masculina, Machel, em seus discursos, enfatizou que a emancipação da mulher não era uma questão a ser resolvida com os homens, mas sim com o sistema econômico. Embora a eles coubesse a mudança de mentalidades e comportamento, a emancipação feminina era, sobretudo, um resultado da iniciativa da mulher, que deveria se conscientizar de suas capacidades e superar o espírito de inferioridade, submissão e passividade que lhes tinha sido incutido pela tradição e pelo colonialismo. Machel fala sobre o assunto em de seus discursos:

Há quem conceba emancipação como uma igualdade mecânica entre homem e mulher. A emancipação seria, então, a mulher e o homem fazerem exatamente as mesmas coisas, dividirem mecanicamente suas tarefas no lar [...] A emancipação concebida mecanicamente leva como vemos, por exemplo, nos países capitalistas, a reclamações e atitudes que deturpam inteiramente o sentido da emancipação da mulher. A mulher emancipada é a que bebe, a que fuma, é a que usa calças e minissaia, a que se dedica à promiscuidade sexual, a que recusa ter filhos. [...] outros identificam a emancipação com a acumulação de diplomas, aparecendo em particular do diploma universitário como um certificado de emancipação. Há ainda quem considere que a emancipação consiste em aceder-se a um nível econômico, social e cultural. Todas estas concepções são erradas e superficiais. Nenhuma delas atinge o coração da contradição nem propõe uma linha que verdadeiramente emancipe a mulher (SANTANA, 2014, p. 64).



Observa-se que a concepção de emancipação da Frelimo é diferente das defendidas pelo conceito mundial. Comportamentos, interpretados como próprio da emancipação feminina no contexto internacional foi interpretado pela Frelimo como ato de “liberalismo”.

Como a Frelimo havia definido o internacionalismo como uma das principais funções da OMM, a Organização das Mulheres Moçambicanas participava de encontros internacionais de mulheres e visitas a organizações a outros países socialistas do continente africano, europeu e asiático, além disso a Frelimo mostrou-se a favor do fim da divisão do trabalho com base no sexo, da autonomia econômica pelas mulheres, reivindicações comuns a das feministas socialistas, porém, era contrária à prática do aborto, e considerava o trabalho doméstico como uma prática feminista (SANTANA, 2014, p.65).

Como emancipar estas mulheres que não são donas do seu próprio corpo e que ainda são associadas a trabalhos domésticos pela FRELIMO. Para que a emancipação aconteça realmente é preciso haver mudanças de pensamentos e ações, começando pelas mulheres e se estendendo para os homens, bem como facilitando o seu acesso à educação e ao emprego.

O conceito de emancipação defendido pela Frelimo despertou um acirrado debate internacional. Em 1975, quando Moçambique se tornou independente, também foi instituído pela Organização das Nações Unidas o ano internacional das Mulheres, sob o lema de Igualdade, Desenvolvimento e Paz, cujo o objetivo era incentivar os governos dos diversos países do mundo a discutirem ações que lhes garantissem melhores condições de vida e oportunidades na sociedade (SANTANA, 2014, p. 67).

Como o conceito de emancipação feminina defendido pela FRELIMO, estava longe de emancipar as mulheres moçambicanas, a ONU instituiu o ano internacional das Mulheres com o objetivo de estimular os governos dos diversos países a promover ações que de fato viessem a pensar na igualdade, melhores condições de vida para as mulheres, e seu desenvolvimento na sociedade.

Colocar a conquista da libertação nacional acima da discriminação feminina não era um erro e sim uma questão de prioridade para aquele momento, entretanto, era preciso levar em conta que a dominação masculina não tinha se originado do capitalismo, pois já era uma característica presente nas relações de gênero das sociedades feudais, tendo sido reproduzida pelas estruturas capitalistas (SANTANA, 2014, p.69).

Não bastava colocar a culpa da dominação masculina ao sistema capitalista, mesmo porque esta já existia desde as sociedades feudais, segundo Santana (2014). Portanto não era a mudança de sistema do capitalismo para o socialismo, que resolveria os problemas de discriminação das mulheres na sociedade, precisava facilitar seu acesso à educação, haver

mudanças de pensamentos, garantir a estas mulheres empregos, para que elas possam ser mais ativas e participativas nesta sociedade.

Desta forma não bastava substituir o capitalismo pelo o socialismo para superar a subordinação da mulher na sociedade. Aliada à redistribuição da riqueza e socialização dos meios de produção, deveria haver uma mudança da consciência coletiva e uma distribuição equitativa de tarefas também no âmbito doméstico. E demais, deveria ser garantido as mulheres o acesso à educação e emprego. Assim a melhora da sua condição social seria termômetro mais adequado dos avanços concretos dos países que optaram pelo socialismo (SANTANA, 2014, p. 69).

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), a discriminação de gênero originava-se dos estereótipos construídos para cada sexo, sendo a educação o meio mais eficaz para desconstruí-los (SANTANA, 2014, p. 70). E sobre as práticas culturais Santana citou:

Em respostas às determinações do partido, a OMM desencadeou um efetivo combate a muitas “práticas culturais” reverenciadas pela maioria da população moçambicana [...] esse combate apareceu como necessidade da emancipação feminina, muito embora tal ação se devesse a questões mais amplas. O modelo de desenvolvimento proposto pela Frelimo, em sua essência era incompatível com os valores e modos de vida da maioria da população, a começar pelo valor que o pertencimento enquanto povo exercia na construção identitária dos indivíduos, mas que foi negado no discurso de nacionalidade do governo (SANTANA, 2014, p. 94).

A Organização das Mulheres Moçambicanas, tomou estas ações por determinações da Frelimo, mas o culto aos ancestrais era de suma importância no cotidiano das pessoas em Moçambique, porque ele interferia desde as ocupações de terras, a sua produção, a sexualidade e a reprodução. Para estas pessoas a morte não era o fim de tudo, os mortos continuam a existir entre os vivos e trocam obrigações, principalmente nas populações das zonas rurais.

Mas, para Frelimo, essas práticas deveriam ser superadas pelo conhecimento material e científico da natureza e da realidade, porque isto era vital à concretização do desenvolvimento determinante na construção da nova nação e sociedade, cuja a implementação exigia mudanças profundas nas formas organizações, nos hábitos e no modo de pensar (SANTANA, 2014, p. 94).

Os ritos de iniciação ou casamento tradicional na crença das mulheres moçambicanas lhe conferia valor na sociedade, tendo a OMM que as conscientizar.

Segundo Santana (2014), mesmo assim as pessoas continuavam com as práticas, havendo resistências a OMM passou a considerar que os ritos de iniciação eram fundamentais na educação “cívica e sexual” da juventude, foi foram feitas pesquisas a as pessoas foram unânimes na opinião da continuação dos ritos de iniciação porque eles marcavam a passagem da infância para a fase adulta e educavam os jovens no seu comportamento social.

Na IV Conferência da OMM. Os ritos foram admitidos como parte da cultura dos povos de Moçambique. Essa organização os reconheceu como principais veículos de transmissão de valores morais, cívicos e culturais entre as gerações, bastando-lhe suprimir os aspectos negativos como por exemplo: a submissão das mulheres em relação ao homem e as canções insultuosas, segundo (SANTANA, 2014, p. 97).

Como muitas pessoas da população, principalmente as mulheres mais velhas resistiram as propostas da OMM em relação as práticas culturais. A FRELIMO acreditava que algumas dessas práticas impediam a emancipação das mulheres, principalmente as práticas que colocavam as mulheres em situação de submissão aos homens, como as canções que insultavam estas mulheres.

O livro escrito pela autora Jucimara Santana, foi produzido em sua maioria com bases de cartas e relatos feitos pela revista Tempo, baseado na oralidade de pessoas de diversos bairros e classes sociais de Moçambique e uma delas Luis Tomás Domingos.

Conforme pesquisa feita pela OMM em preparação a sua Conferência, os ritos de iniciação em Moçambique apresentavam variações entre si conforme região, comenta Santana.

Segundo Luis Tomás Domingos,

Entre os Senas (Vale do Zambeze) os ritos de iniciação atuam como um espaço de socialização dos indivíduos, e por meio deles, homens e mulheres, aprendem a resolver conflitos, como se relacionar com seus familiares e estrangeiros, se prepararem para o casamento e para a vida sexual (SANTANA, 2014, p. 98).

Para Domingos, “o sexo ocupa um lugar central na vida dos povos africanos por propiciar a reprodução do grupo, mas também atua como forma de controle social, sendo seu uso regulamentado por uma série de tabus” (SANTANA, 2014, p. 99).

José Fialho Feliciano, em seus estudos sobre os Tsongas,

Identificou uma série dessas interdições, entre as quais a proibição do ato sexual caso qualquer um dos cônjuges esteja expulsando sangue, a exemplo de mulheres em período menstrual ou no caso de hemorragias e aborto, por entender que isso tornava a pessoa estéril. O estado de luto de qualquer um dos cônjuges também aparece como motivo de suspensão dessa atividade por um período, condição somente normalizada após um rito de purificação (SANTANA, 2014, p. 99).

E ainda sobre ritos e práticas Santana continua,

Dada a importância que exerce a procriação, nos ritos iniciáticos também se têm acesso a uma série de técnicas ligadas a práticas sedutoras. Tomando como referência algumas sociedades matrilineares, como por exemplo, os Macuas, Geffray afirmou que, por meio da iniciação feminina as mulheres têm acesso a variados ritos e práticas

eróticas, como a confecções de tatuagens no interior das coxas. Na observação sobre os Macondes, Jorge Dias notou que antes mesmo dos ritos, as crianças, de modo particular as meninas, eram incentivadas a se prepararem para o ato sexual por meio do alongamento dos pequenos lábios vaginais. Por ocasião dos ritos, eram submetidas ao defloramento artificial, tatuagens e o uso de uma espécie de botão (botoque) no lábio superior (SANTANA, 2014, p. 100).

Foi também uma das exigências da revolução, o abandono destas práticas (tatuagens e botoque) utilizadas como marca de um padrão de beleza valorizado no passado pela população de origem Maconde,

Osmundo Pinho (2012), antropólogo e professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia UFRB, em Cachoeira, fez uso em seus estudos sobre Moçambique, do livro de Signe Arnfred (2011). Conforme Pinho (2012, p. 970), “o livro documenta tanto a própria trajetória de descolonização conceitual da autora quanto as mudanças no cenário político moçambicano, resultantes da transição entre o período socialista, marcado pelo slogans “abaixo” (ao tribalismo, à poligamia, ao feudalismo, aos curandeiros, ao lobolo, aos ritos de iniciação), com sua sanha por modernização e racionalização da sociedade, até o presente período neoliberal, marcado pelo programa de reestruturação econômica, ou “*structural adjustment*”, imposto pelo Banco Mundial nos anos de 1990”.

Segundo Pinho (2012), Arnfred chega a Maputo em 1981, acompanhada do marido, ela feminista, ambos militantes socialistas, buscavam participar do momento heroico de construção do socialismo pós-colonial em África. A autora se emprega como socióloga na Organização da Mulher Moçambicana (OMM) onde trabalhou até 1984.

Durante este período, Arnfred realizou mais um trabalho investigativo, viajou pelo país e fez contato com dezenas de grupos de mulheres, escutando suas demandas, e discutindo seus problemas. Explica Pinho (2012), “Essa experiência marcou a perspectiva crítica da autora e tornou transparentes as contradições da política frelimista no que se referia às mulheres e às relações de gênero” (PINHO, 2012, p.970).

A crítica da autora Arnfred, fundamentada sociologicamente, é sobre as contradições do projeto modernizante da FRELIMO, segundo Pinho (2012, p.970), “aprisionado por determinada compreensão das relações de gênero, em grande medida devoradora da formação inicial das subjetividades e dos valores dos principais líderes frelimistas, educados em missões cristãs” (PINHO, 2012, p. 970)

A autora participou da primeira Conferência da Mulher Moçambicana, realizada em março de 1973, antes ainda da Independência, que aconteceu em 1975. Onde Samora Machel realiza discurso histórico: “A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia de

sua continuidade, condição do seu triunfo” (PINHO, 2012, p. 970). A OMM, entretanto, jamais se alinhou com uma perspectiva feminista; inversamente, o feminismo foi visto como uma ideologia burguesa, alienígena e abrigo para mulheres “liberadas” que usavam minissaia e praticavam o amor livre, segundo Anfred (2011, apud PINHO, 2012).

Samora Moisés Machel foi um militar moçambicano, líder revolucionário de inspiração socialista, que liderou a Guerra da Independência de Moçambique e se tornou o seu primeiro presidente após a sua independência, de 1975 a 1986. Foi o segundo Presidente da Frente de Libertação de Moçambique e o fundador da Nação moçambicana, nasceu em Chilembene, Província de Gaza, em 29 de setembro de 1933 e faleceu a 19 de outubro de 1986, vítima de acidente aéreo, na sequência do despenhamento do avião que o transportava de regresso a Maputo, vindo da Cidade de Ndoola Zâmbia, em mais uma missão de Paz (FRELIMO/2015).

Segundo Pinho (2012), a participação de Anfred (2011) na Conferência “foi importante para a compreensão sobre o papel dos ritos de iniciação, e outras práticas tradicionais, pôde ser confrontada com o ponto de vista desenvolvimentista e nacionalizante do socialismo fremilista”.

“As mulheres com quem a autora havia conversado nas inúmeras sessões preparatórias para o encontro defendiam com vigor práticas tais quais os ritos de iniciação prevaletes notadamente na região norte do país, área tradicional de grupos matrilineares, pertencentes ao chamado *matriliny belt* da África Austral” (PINHO, 2012, p.971).

Anfred (2011) a partir do diálogo com estes grupos de mulheres “passou a ver os ritos como espaços de autonomia feminina, enraizada em estruturas sociais e na cultura autônoma dos povos Yao ou Makhua”. Dessa forma, a modernização proposta pela FRELIMO implicaria a desorganização das estruturas tradicionais de poder feminino em benefício de um projeto nacional (unificador) e racional (modernizante), refundando as práticas de gênero de base matrilinear, encontradas no Norte, em torno da Invenção da família nuclear monogâmica na qual o pai/marido seria o chefe da família (PINHO 2012, p.971).

Relata Pinho (2012), que Anfred, “entendeu a importância e a radicalidade das contribuições africanas e a crítica feminista. Desse ponto de vista, a ideia de que a subordinação da mulher é universal e uniforme deveria ser revista, à luz da crítica às mesmas pretensões de universalidade do pensamento ocidental estabelecido”.

Anfred pôde entender a importância e a essencial contribuição das africanas com suas críticas feministas, partindo desse ponto central para ser revisto a questão da subordinação da

mulher, e uma visão crítica a ideia de pretensões do pensamento ocidental de universalidade e o que deve ser seguido conforme determinação.

A autora Anfred “não nega as condições de opressão e as desvantagens feministas, mas desconfia de como conceitos e categorias produzidas sobre a proteção universalista do pensamento pós-iluminista europeu podem dar conta de sutis distinções de poder e das hierarquias complexas em outros contextos” Anfred (2011, apud PINHO 2012, p.971).

Segundo Pinho, “Anfred apoia-se em grande medida nesse caso, na contribuição de pesquisadoras africanas, particularmente em Ifi Amadiume e Oyèronkè Oyéwúmi”, autoras nigerianas do feminino as quais já foram citadas anteriormente.

### 3.1 HINO EM HOMENAGEM A MULHER MOÇAMBICANA

O dia 7 de abril deveria homenagear a Mulher Moçambicana antes mesmo da independência, por elas terem lutado nas mesmas circunstâncias, junto aos homens pela conquista da independência do seu país, este dia foi escolhida em homenagem a contribuição de Josina Machel na luta pela independência e pela pessoa que representou a luta pela a emancipação feminina no novo governo, este foi o dia da sua morte, neste dia as mulheres moçambicanas manifestam sua alegria com danças e cantos e muitas delas aparecem com capulanas (pano estampado que se coloca abaixo da cintura, e que chega abaixo do joelho) e lenços de diferentes estampas.

**Figura 5** - 7 de abril Dia das Mulheres Moçambicanas



Fonte: BigSlam pt.

O hino da mulher moçambicana mostra quão grande era a sua missão, Santana (2014, p. 88-89).

Cantemos com alegria o Sete de abril  
O dia consagrado a Mulher Moçambicana;  
Companheira inseparável do homem engajado  
Na luta contra a velha sociedade exploradora

Quem é?  
Aquele que mobiliza e organiza o nosso Povo  
Quem é?

Aquele que produz e alimenta os combatentes  
É a Mulher Moçambicana emancipada  
Que destrói as forças da opressão

Lutando com firmeza contra ideias velhas,  
Ignorância, obscurantismo, poligamia e lobolo;  
Levando no olhar a certeza da vitória,  
Sabendo que a vitória se constrói com sacrifício.

Quem é?  
Aquele que ergue alto o farol da Liberdade  
Quem é?  
Que grita ao mundo inteiro  
Que a nossa luta é a mesma

É a Mulher Moçambicana emancipada

Que traz o povo no seu coração.

Do Rovuma ao Maputo, unamos nossas forças  
Cimentemos a unidade ideológica do Povo;  
A Frelimo já traçou a Política do Povo  
Que deve ser vivida e difundida, noite e dia

Avante, Moçambicanos,  
Avante, Homens e Mulheres

Na unidade, no Trabalho e Vigilância:  
Venceremos a Exploração.

Como é citado na letra do próprio hino, a luta contra a opressão e a exploração feminina, eram algo desejado por elas. Conforme Santana, “a OMM despertava nas mulheres um espírito patriótico”.

As capulanas são tecidos de diferentes estampas, utilizados pelas mulheres moçambicanas, e que já fazem parte delas, e neste dia dedicado a elas o uso das capulanas é imprescindível. Elas são utilizadas na cabeça, nos ombros, na cintura como saias e como berço para as mulheres carregarem seus bebês junto contigo nas costas em qualquer circunstância.

Conforme demonstram estas fotos.

**Figura 6 - Capulanas**



Fonte: BigSlam pt.



**Figura 7** - Mulheres moçambicanas na rua e trabalhando amarram seus filhos às costas com capulanas.



Fonte: BigSlam pt.

#### 4 AVANÇOS E RETROCESSOS DAS MULHERES EM MOÇAMBIQUE

Entende-se por avanço algo que está em constante mudança progressiva, aquilo que não está estagnado, parado no tempo. Ou seja, o que acompanha a evolução da época, e que reflete de maneira positiva ou negativa na sociedade. Temos exemplos positivos e negativos de avanços na evolução tecnológica, positivo no âmbito da medicina pois tem ajudado muito com o salvamento e prolongamento de vidas, para comunicação a troca de informação a longa distância, notado na mídia televisiva e na internet; porém tendo como negativo nesta evolução tecnológica, aspecto notado no campo social, tendo ocorrido falta de interação e comunicação entre as pessoas, ou seja, o distanciamento entre elas, e com isso acarretando inúmeras consequências para sociedade. Retrocesso podemos dizer que é algo que não acompanhou a evolução da época, o antônimo do que foi citado anteriormente.

Para Stuart Hall o “pós-colonial” não sinaliza uma sucessão cronológica do tipo antes e depois, uma vez que muitos dos problemas do colonialismo como dependência econômica, subdesenvolvimento e desigualdades sociais não foram resolvidos no pós colonialismo, essas relações apenas assumiram uma nova configuração, Stuart Hall (2003, apud GUERRA, 2014, p.2).

Como bem adverte Mia Couto, as ex-colônias já tiveram várias nomenclaturas “terceiro Mundo, países subdesenvolvidos e nações da periferia, hoje, países ricos e pobres são chamados de parceiros, o problema para Mia Couto é que não se resolve nas palavras o que não está resolvido na substância, Mia Couto (2008, apud GUERRA, 2014, p.2).

Conforme o escritor moçambicano Antonio Emilio Leite Couto, conhecido por Mia Couto em seu artigo “À porta da modernidade, há sete sapatos sujos que necessitamos descalçar”, acessado em por dentro da África (2013), o autor refere-se a Moçambique.

“Eu contei sete sapatos sujos que necessitamos deixar na soleira da porta dos tempos novos. Haverá muitos. Mas eu tinha que escolher sete é um número mágico” citou o escritor.

O escritor Mia Couto faz uma análise sobre Moçambique, “existem, no entanto, várias formas de pobreza. E há entre todas, uma que escapa às estatísticas e aos indicadores numéricos: é a penúria da nossa reflexão sobre nós mesmos. Falo da dificuldade de nós pensarmos como sujeitos históricos, como lugar de partida e como destino de um sonho”, e citou:

O primeiro sapato que para Mia Couto, Moçambique devia deixar é - a ideia que os culpados são sempre os outros e nós somos sempre vítimas.

Como exemplo citou: “Nós já conhecemos este discurso. A culpa já foi da guerra, do colonialismo, do imperialismo, do apartheid enfim, de tudo e de todos. Menos nossa. É verdade que os outros tiveram a sua dose de culpa no nosso sofrimento. Mas parte da nossa responsabilidade sempre morou dentro de casa”.

Conforme Couto (2013), 40 anos depois da Independência continuamos a culpar os padrões coloniais por tudo o que acontece na África dos nossos dias. Os nossos dirigentes nem sempre são suficientemente honestos para aceitar a sua responsabilidade na pobreza dos nossos povos. Acusamos os europeus de roubar e pilhar os recursos naturais de África. Mas eu pergunto-vos: digam-me quem está a convidar os europeus para assim procederem, não somos nós?

“Queremos que os outros nos olhem com dignidade e sem paternalismo. Mas ao mesmo tempo continuamos olhando para nós mesmos com benevolência complacente”.

O segundo sapato – a ideia de que o sucesso não nasce do trabalho. O sucesso deve-se a boa sorte.

“E a palavra “boa sorte” quer dizer duas coisas: a proteção dos antepassados mortos e proteção e proteção dos padrinhos vivos”.

“Nunca ou quase nunca se vê o êxito como resultado do esforço, do trabalho como um investimento a longo prazo. As causas do que nos sucede (de bom ou mau) são atribuídas a forças invisíveis que comandam o destino”.

E quanto a isso citou também Santana (2014):

“O culto aos ancestrais ocupava significativa importância no imaginário coletivo e na vida cotidiana das pessoas. Ele interferia desde a ocupação da terra e a sua produção da terra e a sua produção, até a sexualidade e reprodução”.

Segundo Santana, a ancestralidade exerce um controle sobre o cotidiano das pessoas, porque para estas pessoas a morte não finaliza a relação com os indivíduos, continuando a existir entre os mortos e os vivos uma troca de preceito, esta maneira de ver o mundo exercia forte influência na vida da população, principalmente das zonas rurais (SANTANA, 2014, p.94).

Terceiro sapato – o preconceito de quem critica é um inimigo.

Comenta Couto (2013), muitos acreditam que, com o fim do monopartidarismo, terminaria a intolerância para com os que pensavam diferente. Mas a intolerância não é apenas fruto de regimes. É frutos de culturas, é o resultado da História. Herdamos da sociedade rural uma nação de lealdade que é demasiado paroquial. Esse desencorajar do espírito crítico é ainda

mais grave quando se trata da juventude. O universo rural é fundado na autoridade da idade. Aquele que é jovem, aquele que não casou nem teve filhos, esse não tem direitos, não tem voz nem visibilidade. A mesma marginalização pesa sobre a mulher.

Quarto sapato para Couto (2013, p. 12) – a ideia que mudar as palavras muda a realidade.

Uma vez em Nova Iorque um compatriota nosso fazia uma exposição sobre a situação da nossa economia e, a certo momento falou de mercado negro. Foi o fim do mundo. Vozes indignadas de protestos se ergueram e o meu pobre amigo teve de interromper sem entender bem o que estava a passar. No dia seguinte recebíamos uma espécie de pequeno dicionário dos termos politicamente incorretas. Estavam banidos da língua termos como cego, surdo, gordo, magro etc.

Critica o escritor Couto (2013), hoje assistimos, por exemplo, a hesitações sobre se devemos dizer “negro ou “preto”. Como se o problema estivesse nas palavras, em si mesmas. Curioso é que, enquanto nos entretemos com essa escolha, vamos mantendo designações que são realmente pejorativas como as de mulato e de monhé.

Quinto sapato – a vergonha de ser pobre e o culto as aparências

Expressa Couto (2013, p. 14):

A pressa em mostrar que não se é pobre, é em si mesma, um atestado de pobreza. A nossa pobreza não pode ser motivo de ocultação. Quem deve sentir vergonha não é o pobre, mas quem cria a pobreza. É urgente que as nossas escolas exaltem a humildade e a simplicidade como valores positivos. A arrogância e o exibicionismo não são como se pretende, emanações de alguma essência da cultura africana do poder. São emanações de quem toma a embalagem pelo conteúdo.

Sexto sapato – A passividade perante a injustiça

Estamos dispostos a denunciar injustiças quando são cometidas contra a nossa pessoa, o nosso grupo, a nossa etnia, a nossa religião. Estamos menos dispostos quando a injustiça é praticada contra os outros. Persistem em Moçambique zonas silenciosas de injustiça, áreas onde o crime permanece invisível. Refiro-me em particular à:

- Violência doméstica (40 por cento dos crimes resultam de agressão doméstica contra as mulheres, esse é um crime invisível).
- Violência contra as viúvas
- A forma aviltante como são tratados muitos dos trabalhadores
- Os maus tratos infligidos às crianças

Comenta Couto (2013, p.15), ainda há dias ficamos escandalizados com o recente anúncio que privilegiava candidatos de raça branca. Tomaram-se medidas imediatas e isso foi

absolutamente correto. Contudo, existem convites à discriminação que são tão ou mais graves e que aceitamos como sendo naturais e inquestionáveis.

Sétimo sapato – A ideia de que para sermos modernos temos que imitar os outros.

“Todos os dias recebemos estranhas visitas em nossa casa. Entram por uma caixa mágica chamada televisão. Criam uma relação de virtual familiaridade”.

[...] “O que os vídeos e toda a subindústria televisiva nos vem dizer não é apenas “comprem”. Há todo um outro convite que é este: “sejam como nós”. Este apelo à vergonha em sermos quem somos é um trampolim para vestirmos esta outra máscara”.

“A secundarização das línguas moçambicanas (incluindo da língua portuguesa) é a ideia que só temos identidade naquilo que é folclórico são modos de nos soprarem ao ouvido a seguinte mensagem: só somos modernos se formos americanos” (COUTO, 2013).

E o escritor Couto (2013), finaliza dizendo: A minha mensagem é simples: mais do que uma geração tecnicamente capaz, nós necessitamos de uma geração capaz de questionar a técnica. Uma juventude capaz de repensar o país e o mundo. Mais do que gente preparada para dar respostas, necessitamos de capacidade para fazer respostas. Moçambique não precisa apenas de caminhar. Necessita de descobrir o seu próprio caminho num tempo enevoado e num mundo sem rumo. A bússola dos outros não serve, o mapa dos outros não ajuda. Necessitamos inventar os nossos próprios pontos cardeais, interesse-nos um passado que não esteja carregado de preconceitos, interessa-nos um futuro que não venha desenhado como uma receita financeira.

Segundo Couto (2013, p.20),

Na realidade, só existe um modo de nos valorizar: é pelo trabalho, pela obra que formos capazes de fazer. É preciso que saibamos aceitar esta condição sem complexos e sem vergonha: somos pobres. Ou melhor, fomos empobrecidos pela História. Mas nós fizemos parte dessa história, fomos também empobrecidos por nós próprios. A razão dos nossos atuais e futuros fracassos mora também dentro de nós.

Mas a força para superarmos a nossa condição histórica também reside dentro de nós. Saberemos como já soubemos antes conquistar certezas que somos produtores do nosso destino. Teremos mais e mais orgulho em sermos quem somos: moçambicanos construtores de um tempo e de um lugar onde nascemos todos os dias. É por isso que vale a pena aceitarmos descalçar não só os sete, mas todos os sapatos que atrasam a nossa marcha coletiva. Porque a verdade é uma: antes vale andar descalço do que tropeçar com os sapatos dos outros (COUTO, 2013, p.20).

Para Couto (2013), Moçambique precisa se reerguer e caminhar com suas próprias pernas, ou seja, com segurança sem se apoiar no passado, sair do lugar de vítima. Para isso

precisava deixar esses sete sapatos sujos que impedem seu caminhar rumo ao desenvolvimento, na soleira da porta.

#### 4.1 ECONOMIA EM MOÇAMBIQUE

Segundo Santana, historicamente o trabalho da agricultura foi um campo de predominância feminina e nesse sentido, as mulheres cumpriam um papel central na economia. No entanto seu desempenho sempre esteve voltado basicamente para produção artesanal e de subsistência, de maneira que o novo plano econômico do governo, apresentava mudanças, o que seria um grande desafio para estas mulheres. “A agricultura representava a base de sustentação do novo plano da economia nacional e a maior fonte de rendimentos em que se concentrava uma considerável força de trabalho do país” (SANTANA, 2014, p.137).

Com base na análise de Freitas veremos como se encontra a economia em Moçambique.

Conforme Freitas (2015), o país divide-se em 151 distritos distribuídos por 11 províncias – Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo (província), Maputo (cidade) e subdivididos em municípios. Um país que até a independência era considerado um dos países mais pobres do mundo, fato este agravado com a guerra civil prolongada e outras ocorrências como a emigração em larga escala, a dependência econômica da África do Sul e a ocorrência de secas dificultavam o desenvolvimento do país até meados de 1990.

Em 1987 o governo deu início a uma série de reformas macroeconômicas com vista a estabilizar a economia e estas medidas associadas as assistências dos doadores e com a estabilidade política que se seguiu às eleições multipartidárias de 1994, conduziram as melhorias na taxa de crescimento do país. As reformas fiscais incluindo a introdução de um imposto e a reforma dos serviços aduaneiros, favorecem a coleta de receitas do governo, segundo Freitas.

Apesar destes progressos, Moçambique manteve-se dependente da ajuda externa para 40% do seu orçamento em 2012, em que mais da metade da população se mantinha abaixo do limiar da pobreza. A agricultura de subsistência continua a empregar a grande maioria da força de trabalho do país, que produz algodão, cana de açúcar, castanha de caju, copra (polpa de coco) e mandioca.

O desequilíbrio comercial permanece, embora a produção de alumínio da fundição Mozal, tenha impulsionado significativamente as receitas de exportação nos últimos anos.

Assegura Freitas (2015), Moçambique cresceu uma taxa anual de 6% a 8% na década até 2013, e sua capacidade de atrair grandes projetos de investimento em recursos naturais poderá assegurar um crescimento contínuo nos próximos anos.

#### 4.2 AS MULHERES MOÇAMBICANAS NA AGRICULTURA E NAS ALDEIAS COMUNAIS

Conforme Santana (2014), a agricultura era a base da economia em todo o território nacional. No entanto, a maior concentração dessa produtividade agrícola era de subsistência, adquirida por meios artesanais, e estava sob o domínio das mulheres. E sendo a agricultura familiar um trabalho não remunerado, elas constituíam uma maioria marginalizada do mercado assalariado de trabalho. O novo modelo de desenvolvimento impunha a reversão da produção domiciliar em larga escala, e isto implicava na exclusão da predominância feminina da agricultura, uma vez que sua atuação se dava de forma artesanal.

As mulheres trabalhavam na agricultura familiar para o seu sustento, não sendo remuneradas por isso ficavam à margem do mercado de trabalho assalariado, o novo modelo de desenvolvimento estabelecia um destino diferente a agricultura familiar em larga escala, o que dificultaria a permanência das mulheres na agricultura, desde que eram feitas por elas de maneira artesanal.

**Figura 8** - Mulheres Moçambicana trabalhando na agricultura familiar



Fonte: Onu Brasil 600x268

A agricultura representava a base de sustentação do novo plano da economia nacional e a maior fonte de rendimentos em que se concentrava uma considerável força de trabalho do país. Para o governo o aumento de produção e da produtividade nesse

setor eram prioridades, e isto seria possibilitado por meio de mecanização do campo e da adoção do trabalho coletivo que consistia na participação do trabalho das machambas do Estado, formação de cooperativas e aldeias comunais. Assim o novo plano econômico exigia mudanças profundas no modo de produção de uma agricultura que até o momento existia pela força da enxada para alimentar o agregado familiar de forma dispersa e sob a proteção dos ancentrais (SANTANA, 2014, p.137).

Segundo Santana (2014, p. 137), para o governo em seu discurso as aldeias comunais caracterizavam a forma de trabalho coletivo mais importante, a formação das aldeias comunais era para o governo uma estratégia fundamental para o crescimento no campo e necessário na organização do socialismo, por isso pedia incentivo por parte dos Grupos Dinamizadores, OMM, demais estruturas do governo e meios de comunicação.

Conforme Santana (2014), a Revista Tempo cita uma série de vantagens que as aldeias comunais proporcionam, dentre elas: corrigiam a dispersão do espaço para produção, aproximavam as famílias que antes moravam a quilômetros de distância uma das outras, possibilitavam o acesso à escola, a serviços de saúde, à orientação nutricional, a creches, a uma produção mais abundante e eram espaços inclusivos das mulheres no trabalho coletivo.

Segundo Santana (2014, p.140), as aldeias comunais eram espaços de dominação feminina, e permitiam que elas assumissem novos papéis sociais. Na aldeia comunal de Muaria, localizada no Distrito de Mecudia na Província de Cabo Delgado as mulheres chegaram a ocupar 17 vagas na cooperativa de sal, um trabalho que antes era executado exclusivamente pelos homens, até mesmo nas zonas urbanas as cooperativas foram noticiadas como geração de empregos para as mulheres onde elas exerciam papéis de liderança.

Comenta Santana (2014, p. 141), que foi a Tempo, que identificou alguns problemas sobre as aldeias comunais, as dificuldades apontadas foram: falta de transporte para venda ou troca de produção e de abastecimento nas cooperativas de consumo [...], estas deficiências atingiam tanto nas zonas rurais como nas urbanas e as discussões com os administradores sobre esse descontrolo apontavam vários fatores, como roubo, desorganização na estrutura interna e número insuficiente de funcionários, o que resultava em filas intermináveis para compra de alimentos.

A mecanização da agricultura foi outro grave problema para a população camponesa, mas em especial para as mulheres. Sua introdução exigia preparo técnico e, para isso, um nível mínimo de escolaridade, o que faltava à maioria envolvida numa experiência agrícola artesanal (SANTANA, 2014, p.142).



Como uma das metas do projeto de emancipação feminina do governo, era dar as mulheres o acesso ao trabalho assalariado, esta mudança projetava o grande desafio de possibilitar as mulheres a formação necessária, para sua permanência neste campo de trabalho.

#### 4.3 A EDUCAÇÃO DAS MULHERES EM MOÇAMBIQUE

A discriminação da mulher era uma questão que deveria ser tratada de forma específica. Não bastava eliminar os obstáculos políticos e econômicos, mas romper com mitos e preconceitos seculares em relação as mulheres. Para a Organização das Nações Unidas (ONU), a discriminação de gênero origina-se dos estereótipos construídos para cada sexo, sendo a educação o meio mais eficaz para desconstruí-los (SANTANA, 2014, p. 70).

A questão da discriminação da mulher perpassa as dificuldades políticas e econômicas, mas é preciso romper com mitos e preconceitos existentes a séculos. Para a ONU uma das maneiras mais eficaz para desconstruir esses estereótipos construídos para cada gênero, é através da educação.

Segundo Santana (2014), dados publicados sobre as mulheres africanas em Moçambique na Revista Tempo (1975-1985), a alfabetização das mulheres se configurou como uma das necessidades políticas mais urgentes do governo após a independência. O censo de 1980, publicado na Tempo, comprovou grande desproporção no acesso ao ensino por gênero. Em uma amostra populacional de 9.682.267 pessoas, em que 4.713.245 eram homens e 4.969.022 mulheres, se identificou um total de 7.261.417 analfabetos sendo que 2.980.634 são de mulheres.

Conforme Santana (2014), de acordo com esta estatística o analfabetismo atingia mais da metade da população. Sendo que em maior número estão as mulheres, quase o total da população feminina. Esse alto índice de analfabetismo em especial entre as mulheres, foi o que motivou a sua quase exclusão do mercado de trabalho durante o período colonial, e outro fator significativo dessa situação é a variedade de línguas faladas no território moçambicano, eram faladas mais de trinta línguas entre a população. Porém a língua escolhida como oficial pelo governo após a independência tinha sido o português.

Sendo assim, a maioria da população estava condenada a ser classificada de analfabeta, embora em uma parte da África as populações fizessem uso de um modelo educacional diferente daquele ocidental, baseado na tradução oral e na experiência. Até os dias atuais, o número de pessoas que usa o português para se comunicar é bastante reduzido.

A falta de conhecimento da língua portuguesa impedia acesso a informação. O que foi sentido de perto por algumas lideranças no decorrer dos trabalhos da II Conferência da OMM (1977), ao notarem as dificuldades apresentadas por grande parte das delegadas em acompanhar as leituras e discussões de relatórios. Por isso, cita Santana “o governo junto à OMM, procurou intensificar em todo território uma campanha de alfabetização, em especial para as mulheres”.

**Figura 9** - A Alfabetização UPG (Um Pequeno Gesto), em comunidades desfavorecidas e sem escolaridades em comunidades rurais de Moçambique



Fonte: Pequenos gestos Blogger 1600x1064

Segundo Santana (2014), porém, o fato das mulheres não saberem ler nem escrever ou falar o português não excluía elas do acesso às informações e participação política. O governo incentivava bastante o acesso à informação de diversas maneiras: cinema móvel, programas de rádio, e jornais do povo em forma de grandes painéis, que também podiam ser escritos na língua local. O fato é que as mulheres preferiam manifestar-se por meio da oralidade.

De acordo com o último Censo, realizado em 2007, o problema em Moçambique, é que apenas 40% da população sabe falar o idioma oficial o português. Quando utilizamos gênero como categoria de análise os números são bem mais alarmantes, apenas 20% das mulheres moçambicanas falam o idioma, em termos educacionais a escolarização feminina também foi sempre menor que a masculina. Em todas as idades as taxas de analfabetismo são maiores entre as mulheres nas áreas rurais; a taxa de analfabetismo feminina é 1,5 vezes superior à masculina

e nas cidades é 2,4 superiores. Isto significa que os homens nas zonas urbanas têm mais facilidade de acesso às escolas, em contraposição aos homens do campo. Quando realizamos um recorte por faixa etária/ localização geográfica verificamos altíssimas taxas de analfabetismo feminino nos grupos etários a partir dos 40 anos de idade nas zonas rurais, todas as taxas superam os 90%, Caccia – Bava e Thomaz (2001 p.38, apud GUERRA, 2014, p.4.).

“Nas últimas décadas o governo tem investido massivamente num sistema de educação básica gratuita, mas na prática ainda é preciso pagar pelo fardamento e material escolar, nesse contexto as famílias pobres continuam tendo dificuldade para educar as crianças” (GUERRA, 2014, p. 4).

Em Moçambique, os homens têm tradicionalmente a responsabilidade de ganha-pão e das tarefas financeiramente produtivas e, conseqüentemente, a educação dos rapazes foi durante muito tempo considerada uma prioridade. Como a divisão tradicional do trabalho coloca as mulheres em casa a cuidar das tarefas reprodutivas, não se achava necessário, ou até significativo, pagar a educação de uma rapariga, Tvedten, et. al. (2008 p.43 apud. GUERRA, 2014, p.4).

As mulheres em Moçambique constituem a maioria da população, mas mesmo assim elas dominam o espaço rural, enquanto os homens em sua maioria o espaço urbano, por isso existem desigualdades entre mulheres e homens ao acesso à educação, dificultando o seu acesso ao emprego formal.

O homem por ser considerado tradicionalmente o provedor da família, cabe a eles prioridades, como o direito a educação, as mulheres com a domesticação destinada a elas, não se torna necessário educa-las.

Conforme Lourenço e Tyrrell (2009), a condição social da mulher começou a ganhar novos horizontes à luz da Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing – China, em setembro de 1995. Na elaboração das atividades desenvolvidas no contexto da plataforma de Ação de Beijing, o governo moçambicano, assim como de outros Países de África Austral, priorizou projetos de investigação sobre o desemprego feminino, analisando as suas causas, implementou diversos projetos de cursos de curta e / ou longa duração; concessão de créditos as populações das zonas rurais com prioridades as mulheres, projetos de educação e apoio a jovens/mulheres do ensino superior, com concessão de bolsas de estudo, tudo com o objetivo de melhorar as condições da mulher moçambicana e incentivar principalmente nas mulheres jovens, o espírito de trabalho e autoestima e de confiança e combater a prostituição e drogas, assim como as desigualdades sociais acentuadas entre a população de zonas urbanas e rurais.

#### 4.4 A SAÚDE DAS MULHERES EM MOÇAMBIQUE

“Logo após a independência, a política governamental para o setor de saúde foi apostando na progressão dos modelos de assistência à saúde da população. Colocou no primeiro plano os cuidados Primários de Saúde, definindo os grupos mulher e criança como prioritários” (LOURENÇO E TYRRELL, 2009, p. 618).

Apesar de o curandeirismo ter sido constantemente rejeitado pelo discurso da FRELIMO, o poder desta prática e de seus praticantes não deixou de ser reconhecido por esse mesmo governo e isto se tornou visível por meio da realização de seguidos encontros nacionais-1978, 1980 e 1981 – e posteriormente, pela medida do Ministério da Saúde e Cultura de fundar uma Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique, no ano de 1992 conforme pesquisa realizada por Honwana (2002 apud SANTANA, 2014, p. 128-129).

Segundo Lourenço e Tyrrell (2009), a década de 80 contou com um desafio governamental direcionado à melhoria da condição de saúde da mulher e da criança.

[...] O programa de Saúde Materno-Infantil, em 1984, ampliou a assistência à saúde para além do ciclo gravídico, parto e puerpério imediato, incluindo a consulta pós-parto e a de planejamento familiar; ampliou-se a assistência à especificidade de adoecer da população feminina (LOURENÇO E TYRRELL, 2009).

De acordo os dados do portal sobre a Saúde em Moçambique (2014), o Setor Público. Que é o Serviço Nacional de Saúde (SNS), constitui o principal prestador de saúde em escala nacional.

A política de saúde em vigor reconhece o papel do setor privado na prestação de cuidados de saúde aos cidadãos e as relações público-privado estão sendo exploradas no país.

Estima-se que mais da metade da população moçambicana procura e recebe cuidados prestados por praticantes de medicina tradicional, nas suas diversas formas e profetas.

O governo reconhece que uma parte da população tem na medicina tradicional, a única fonte de cuidados de saúde e que o potencial deste componente do SNS não tem sido valorizado na sua totalidade.

Para melhorar a colaboração com o setor foi criado em 2007, o Instituto de Medicina Tradicional (IMT), subordinado ao Ministério da Saúde (MISAU).

Os serviços de saúde em Moçambique são prestados em postos de saúde e centros de saúde (1º nível); hospitais rurais e distritais (2º nível); hospitais gerais e provinciais (3º nível) e hospitais centrais (4º nível). Tendo no país como principais causas de morte: a malária e a aids.

Para Granjo (2009), uma das principais razões de resistência, por parte dos praticantes de biomedicina moçambicanos, à inclusão dos tinyanga (“curandeiros”) em sistemas integrados de cuidados de saúde, é o facto de esses últimos fazerem derivar os seus poderes curativos da possessão por espíritos, podendo para além disso, manipular fatores espirituais nos seus diagnósticos e práticas curativas.

Segundo Granjo (2009) é comum ouvir-se que o recurso da população moçambicana aos vários tipos de curandeiras deriva da insuficiência de médicos, ou da falta de dinheiro das famílias. Se um tratamento com um nyanga não é necessariamente mais barato do que o recurso da biomedicina podendo até tornar-se bem mais dispendioso é uma triste verdade que a cobertura médica é muito insuficiente ou mesmo inexistente em vastas áreas do país.

Conforme Lourenço e Tyrrell (2009), já nos anos 90 em diante, se evidenciou um passo gigantesco na história da população feminina moçambicana em quase todos os âmbitos sociais. A assistência à saúde da mulher é dada de maneira integral. Na Enfermagem moçambicana, houve uma evolução ascendente na formação profissional com a inserção das primeiras enfermeiras licenciadas e especializadas em Enfermagem Obstétrica: uma em 1996, seis em 2001 e 2002 e, em 2003, a primeira Enfermeira com o título de Mestre em Enfermagem, na área de Saúde da Mulher, todas formadas por escolas brasileiras de Enfermagem. Em 2004, com a abertura do Instituto Superior de Ciências de Saúde (ISCISA), Moçambique iniciou a formação do pessoal de nível superior em Enfermagem e Enfermagem em Saúde da mulher.

Para Lourenço e Tyrrell (2009), a assistência à saúde da mulher passa a responder pontualmente às exigências do Programa Nacional Integrado de Saúde Materno-Infantil/Planejamento Familiar Programa Alargado de Vacinação - Saúde Escolar e do Adolescente, incluindo também o componente de saúde sexual e reprodutiva assim como as vertentes da maternidade segura e cuidados obstétricos essenciais. A agenda governamental enfatiza a abordagem do gênero e propicia ampliação na participação da mulher no poder legislativo.

No entanto, analisam Lourenço e Tyrrell (2009), a questão da classe feminina ainda é vista, tanto no contexto social como político, de forma discriminatória. Apesar de a Constituição da República, de um lado, consagrar os mesmos direitos para homens e mulheres trabalhadoras e a lei constitucional defender o tratamento não discriminatório da mulher, de outro lado, a prática social e a legislação ordinária demonstram contradições ainda merecedoras, a rigor, de pesquisas que demonstrem evidências e permitam avançar nas conquistas das mulheres na sua emancipação.

#### 4.5 AS MULHERES NA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

Conforme o texto Participação da mulher na vida política: Mulher Moçambicana com desafios (2016), onde cita que apesar dos avanços significativos da participação da mulher na vida política do país sobretudo no que diz respeito à sua presença nos órgãos de liderança dos partidos políticos, ainda há desafios a serem superados, segundo constata o “ Relatório sobre a Situação das Mulheres e Raparigas em Moçambique” 2005-2015, publicado em Maputo.

De acordo com este documento, o número de mulheres que participam nos processos políticos sobretudo nos órgãos de tomada de decisão, tem aumentado, desde 1994, tanto na Administração Pública e nos órgãos de decisão política, assim como ao nível dos partidos políticos, com destaque para o poder legislativo, seguido do executivo.

**Figura 10** - Luísa Diogo, primeira mulher a ser nomeada chefe de governo na história de Moçambique



Fonte: Magazine independente – 3090x2899

As estatísticas mostram que de 2005 à 2015, no Governo Central e no Parlamento, percentagem de mulheres aumentou de 30,3 para 33,3 % e de 35,6 para 38,8%, respectivamente.

O mesmo cenário foi registrado a nível dos governadores e administradores cuja a percentagem aumentou, respectivamente, de 18,1% e de 18,7% para 32,2%.

Há ainda desafios a serem vencidos na participação ativa das mulheres na política, devido a maneira que o sistema político está estruturado e da percepção que se tem do papel da mulher no espaço público e na tomada de decisão.

O sistema político obriga que muitas vezes as mulheres tenham que primeiro e quase unicamente responder as questões ligadas aos seus partidos, negligenciando suas agendas.

Quanto as percepções do papel que as mulheres têm no espaço público, e particularmente na política, as mesmas estão alinhadas ao binário público-privado e corpamente em que se espera das mulheres que se restrinjam ao espaço privado e sejam responsáveis por assegurar o cuidado e as tarefas percebidas como femininas.

Mesmo as mulheres estando inseridas na política, as funções exercidas por elas são distinguidas pelo gênero as que são determinadas de pertencerem ao sexo feminino, portanto não tendo ação política pública ativa junto aos homens.

Muitas vezes as agendas políticas dos partidos não se sensibilizaram com as questões do gênero, pois resultam de um sistema patriarcal que lhes “oprime”.

O sucesso da integração da mulher em posições de tomada de decisão pode ser resultado das obrigações que o país assume. Mas não investe em uma mudança de comportamento nas relações sociais de gênero.

A Ministra de Gênero, Criança e Ação Social de Moçambique, Cidália Chaúque (2015), disse que o documento contribui para a reflexão e identificação das ações prioritárias a serem realizadas em prol do desenvolvimento da mulher e da equidade de gênero no país, e finaliza com uma exortação “Somos todos instados a dar a nossa contribuição incondicional de forma coordenada e articulada para o reforço das intervenções visando a emancipação e empoderamento da mulher, como condição para o desenvolvimento de Moçambique”.

Recentemente a primeira dama da República de Moçambique Isaura Nyusi, afirma a necessidade do empoderamento da mulher moçambicana. Reafirma o desafio do Governo na criação de mais condições para o envolvimento da mulher em todas as áreas de atividade.

“Como mulheres, temos vários desafios mas queremos, também, nos consolidar na área econômica, social e em muitas outras” disse Isaura Nyusi.

## **5 PRÁTICAS CULTURAIS QUE PARA A FRELIMO DIFICULTAVAM A EMANCIPAÇÃO FEMININA**

### **5.1 O LOBOLO E A POLIGAMIA EM MOÇAMBIQUE**

A FRELIMO que tem como objetivo o desenvolvimento e emancipação da mulher moçambicana, e acredita que algumas práticas culturais, dificulta esta emancipação.

Conforme Santana (2014), os Congressos da FRELIMO acompanhado das realizações de Conferências da OMM após a independência avaliaram as causas e analisou os problemas sociais tidos como obstáculos a emancipação feminina, tanto nas zonas rurais como nas urbanas. Nas zonas rurais foram apontados os ritos de iniciação, os casamentos prematuros forçados e herdados, o lobolo, a poligamia, o adultério e o divórcio; já na urbana foram destacadas outras dificuldades: o liberalismo, adultério, prostituição, alcoolismo, desemprego, abandono de crianças, analfabetismo, racismo, obscurantismo, tribalismo e regionalismo.

A cerimônia do lobolo para as mulheres moçambicanas é mais importante que o casamento, é um costume cultivado até hoje no sul de Moçambique, onde a família da noiva recebe um valor pela perda que representa o casamento e sua mudança para outra casa, visa a união e o reconhecimento de uma relação conjugal.

Segundo Santana (2014), a prática do lobolo era contrária aos princípios do partido e governo FRELIMO, sendo uma contradição, por impedir a emancipação da mulher, o avanço do socialismo e a luta contra o subdesenvolvimento do país, só não era visto desta maneira para os mais velhos, para eles era um acordo entre as famílias e uma forma de legitimar o casamento.

Segundo Zamparoni (1998, apud SANTANA, 2014, p.106), com o surgimento de uma pequena burguesia negra em Moçambique essa discussão foi intensificada. Esse grupo social manifestava suas opiniões por meio do seu jornal, O Africano, e do seu sucessor O Brado Africano onde para alguns, o lobolo era visto como uma forma de legitimar o casamento e uma prática inofensiva; para outros, ele significa uma compra da mulher com fins de procriação e trabalho gratuito, devendo ser extinto mediante um processo de educação.

Segundo a Tempo, a censura imposta pelo regime fascista silenciou o debate sobre o lobolo por algum tempo, vindo a receber novo impulso em 1963. Nesta ocasião o Núcleo de Estudantes Secundaristas Africanos de Moçambique (NESAM) realizou um debate público durante quatro fins de semana com a participação de estudantes, intelectuais e de algumas pessoas da população. Como resultado de investigações feitas e do debate, o lobolo foi reconhecido como uma prática que deveria ser extinta e daí se proliferaram outros artigos e cartas sobre o tema em tom de condenação e defesa (SANTANA, 2014, p.106).



Para etnólogos como Antônio Rita Ferreira, o lobolo tinha como função: compensar a família da noiva; transferir a capacidade reprodutora da mulher para o grupo da família do marido; legalizar a estabilidade do casamento; responsabilizar o marido e sua respectiva família pela manutenção e bem-estar da mulher; legitimar os filhos da mulher lobolada; e ser um meio de aquisição de outra unidade reprodutora para o grupo enfraquecido com a saída de um membro (SANTANA, 2014).

“Enquanto que para a igreja, estudantes e intelectuais o lobolo deveria ser extinto. Bem como as mudanças efetuadas pelo projeto de desenvolvimento criado pela FRELIMO, em cujo o discurso o lobolo voltou a ser condenado” (SANTANA, 2014).

Os etnólogos defendem o lobolo como forma de manter uma tradição, forma esta na qual torna a mulher submissa, e oprimida não só pelo esposo mas por sua família, porque para ela cabe todos os afazeres doméstico, como forma de pagamento pelo lobolo, ao qual seu esposo não aceita reclamação por dizer que pagou caro por ela, motivo pelo qual muitas mulheres não suportando mais a submissão e o sofrimento fogem, e procuram uma maneira de trabalhar para conseguir o valor do lobolo, e assim se libertar desta dívida e do compromisso com o casamento.

Segundo Santana (2014), antes no século VI o lobolo era pago com cabeças de gado e cestos. Em consequência dos Tsongas terem sofrido um despojo dos seus gados, daí o motivo de terem acrescentados outros tipos de ofertas nestas alianças, como, pulseiras de latão, brincos, panos, vidrilhos e alguns produtos europeus. Entretanto em Gaza, o gado continuou a ser a peça principal para lobolar uma mulher.

Por em algumas partes do país o lobolo ter um custo alto, muitos moçambicanos passaram a optar por trabalharem nas minas da África do Sul.

“Na região meridional de Moçambique, a ida às minas se tornou uma exigência quase geral para aqueles que pretendiam formar uma família, sobretudo devido ao elevado custo do lobolo nessa parte do país” (SANTANA, 2014, p. 103).

A esterilidade era extremamente rejeitada. Entre os Tsongas, geralmente, são as mulheres culpabilizadas pela falta de criança na vida conjugal. Situação desse tipo resultava em pedido de divórcio, o que implicava na devolução do lobolo ou no oferecimento de uma segunda mulher da família da esposa para que seu marido pudesse garantir sua descendência, (SANTANA, 2014, p. 113).

E quanto a poligamia comenta Santana,

Machel, em seu pronunciamento de abertura da I Conferência da OMM (1973), afirmou que a poliginia era uma forma de exploração das mulheres. Possuir várias esposas era adquirir gratuitamente trabalhadoras, bem como ter a possibilidade da reprodução de novos produtores, o que possibilitava acumular riquezas. Nesse

sentido, tal prática foi reconhecida como instituição ultrapassada e própria do modo de produção presente nas zonas rurais, devendo se extinguir em decorrência do novo plano de desenvolvimento e da nova proposta educacional (SANTANA, 2014, p. 123-124).

Conforme Santana (2014), em 1976 na II Conferência, a poliginia também foi definida como uma forma de o homem aumentar a força de trabalho em seu benefício, uma vez que ele era o único proprietário dos bens produzidos por suas esposas, com exceção das sociedades matrilineares, cujo o código de lei determina que o direito de propriedades é das mulheres. [...] em sua IV Conferência (1984), a OMM admitiu que o seu combate até então havia sido renhido (debatido com ardor), mas resistindo às intempéries ainda era praticada de forma ampla no país.

Segundo Lourenço e Tyrrell (2009), a situação da mulher Moçambicana é parte da realidade da mulher da África Austral. Os costumes característicos constituídos em nível familiar e cultural determinam a socialização de homens e mulheres na sociedade. Tanto nas formas mais alargadas das famílias, nas monogâmicas ou poligâmicas, nas das zonas rurais ou urbanas, mesmo nas de discriminação de acordo com a idade, nível de escolaridade, poder e outros fatores, como ser “primeira mulher” em um casamento poligâmico.

“Em resposta às determinações do partido, a OMM desencadeou um efetivo combate a muitas “práticas culturais” reverenciadas pela maioria da população moçambicana” (SANTANA, 2014, p. 94).

A FRELIMO com projeto de modernização e desenvolvimento acreditava que algumas práticas culturais impediriam seu objetivo e acreditava que estas práticas deveriam ser superadas pelo conhecimento material e científico da natureza e que isto sim era vital à concretização do desenvolvimento, idealizado para o país e determinante para a construção de uma nova nação e sociedade que exigiriam mudanças profundas no modo de agir e pensar (SANTANA, 2014).

Os projetos da FRELIMO de modernização incluem a emancipação das mulheres, e para que isso ocorra é preciso acabar com algumas práticas culturais, por acreditar que impediam o desenvolvimento do país e a emancipação feminina, práticas como o lobolo e a poliginia, que subjugam as mulheres. E sobre a cultura a feminista Chimamanda Adichie disse que: A cultura não fazem as pessoas. As pessoas que fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura” (NGOZI, 2012 p.48).

Se a cultura não agrada a maioria das mulheres, é porque ela precisa ser repensada, porque é a cultura é feita por pessoas, não devemos ser reprimidos por uma cultura que nos inferioriza.

A FRELIMO permite a construção de uma cultura nacional como resultado da integração de manifestações culturais dos vários povos do país, como: a música, a dança, a escultura, a pintura e a oralidade, e foi com base nesta decisão que passaram a incentivar as culturas locais por meio da informação e várias organizações, principalmente pela OMM.

A pluralidade que caracterizava as mulheres se fazia denunciar na própria OMM (Organização da Mulher Moçambicana). O discurso final de Machel na II Conferência dessa organização é apropriado para se verificar como essas diferenças se manifestam. Machel chamou a atenção das mulheres para as atitudes erradas de não aceitar a “camaradas” de outras Províncias ou de outra “raça” na coordenação de células da organização e a tentativa de as mulheres assimiladas em humilhar as não assimiladas por meio de “demonstrações de seus tiques e modas, falando de modo imperceptível e estabelecendo distância”, o que dava origem aos complexos de superioridade e inferioridade dentro da organização (SANTANA, 2014, p.92).

“Como modo de acabar com essas diferenças, a OMM, determina o combate as “práticas culturais” e aos valores da sociedade colonial-burguesa como imitação das modas e dos gostos decadentes” (SANTANA, 2014, p. 92).

## 5.2 MGF- MUTILAÇÕES GENITAIS FEMININAS EM ÁFRICA

Práticas culturais como as mutilações genitais femininas citada pela feminista e socióloga Fatou Sow, em seu artigo: As mutilações genitais femininas: estado atual na África, de 2004, ainda persiste não só nos países da África.

Segundo Fatou Sow (2004), as mutilações genitais femininas não ocorrem só em nos 28 países africanos, estas práticas ocorrem em países como Iêmen, a Indonésia, Malásia, outros do subcontinente Indiano, acontece também em certos países da Europa, da América do Norte e da Austrália, principalmente nas comunidades imigradas destas regiões.

Os primeiros “processos judiciais” sobre a mutilação genital feminina foram instalados na França, segundo Verdier (1990, apud FATOU SOW, 2004). No início dos anos 1980, famílias do oeste africano foram levadas à justiça a partir das hemorragias e morte de meninas excisadas em território francês. Perturbadas por estes casos pouco comuns, as autoridades francesas encontraram dificuldade em invocar acusações e aplicar as penas impostas seja pela sua insignificância, face à indignação da opinião pública, diante das graves consequências da excisão, seja por serem excessivas para as famílias africanas, que obedecendo a suas normas culturais, não tinham a intenção de provocar morte nas meninas (FATOU SOW, 2004).

Segundo Fatou Sow (2004), em seguida ao longo dos anos, os juízes pronunciaram sentenças de prisão fechada, mas alguns países confrontaram-se às mesmas situações, mas adotaram políticas diferentes como Reino Unido, Países Baixos, Finlândia, Itália e Canadá. A Itália, pela magnitude das comunidades originárias, sobretudo da Somália, Etiópia, Sudão e Senegal, aceitou que a excisão fosse praticada em hospitais, a fim de evitar riscos à saúde segundo Smith (1995, p. 158, apud FATOU SOW, 2004). Alguns estados condenaram abertamente as mutilações femininas no plano ético, e por falta de uma legislação específica, buscaram em seus códigos penas e sanções apropriados. É o caso da França, Países Baixos, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Espanha. Portugal, Suíça e Austrália.

Estas práticas podem acontecer em qualquer idade: geralmente são feitas em meninas e cada vez mais em bebês, sob o pretexto de que são insensíveis à dor. Na Europa e nos Estados Unidos, filhas de imigrantes são excisadas lá mesmo ou levadas a seus países de origem, durante férias para sê-lo (FATOU SOW, 2004).

Conforme Fatou Sow (2004), dez anos mais tarde, na Conferência de Beijing (1995), uma nova etapa é marcada no debate. Um consenso real, internacional, pela abolição das MGF surge entre as representantes das associações de mulheres do Sul e do Norte. Pela primeira vez, o reconhecimento dos direitos humanos é oficialmente reivindicado. Para as africanas, direitos sexuais significam realidades básicas, como o direito de não ser discriminadas em função de seu sexo, o direito de não ser casada com 09 anos, de não ter gravidez precoce, de não ser violada por um estranho ou um membro da família, de não herdar a metade do que herda seu irmão, ou de ser objeto de herança por ocasião da morte do esposo.

Salienta Fatou Sow (2004), é direito de todo o indivíduo, mulher ou homem, de dispor de seu corpo, de controlar sua sexualidade e sua fecundidade. Esta continua a ser um valor determinante em uma África em transformação. A procriação dá acesso ao status de adulto, tanto para o homem quanto para a mulher, mas o status de chefe de família é reconhecido por todos os códigos de família, como pertencendo ao homem, e coloca a mulher africana sob a dominação masculina.

E sobre as relações de gênero em Moçambique Guerra acrescenta: a cultura tradicional e a religião ainda têm forte impacto na formação de casamentos e relações de gênero [...] Além dos aspectos socioculturais essenciais do parentesco e casamento, a divisão do trabalho e controle dos recursos econômicos é provavelmente a determinante mais importante na formação das concepções de masculinidade, feminilidade e relações de gênero em Moçambique, Tvedten, et. al. (2008, apud GUERRA, 2014, p.18).

Outro fator importante era que o país não estava preocupado em criar condições de igualdade entre homens e mulheres nas condições em que se encontravam, mas, principalmente, em investir na afirmação de uma via socialista da sociedade, sendo a igualdade de gênero uma consequência desse processo de transformação mútua (SANTANA, 2014, p. 68).

A dominação masculina não se originou do capitalismo, já era uma característica presente nas relações de gênero das sociedades feudais, sendo reproduzida pelas estruturas capitalistas, conforme Santana:

Dessa forma, não bastava substituir o capitalismo pelo socialismo para superar a subordinação da mulher na sociedade. Aliada à redistribuição da riqueza e socialização dos meios de produção, deveria haver mudança da consciência coletiva e uma distribuição equitativa de tarefas também no âmbito doméstico. Ademais, deveria ser garantido às mulheres o acesso à educação e emprego. Assim, a melhora da sua condição social seria o termômetro mais adequado avanços concretos dos países que optaram pelo socialismo (SANTANA, 2014, p. 69).

### 5.3 RITUAL DE “PURIFICAÇÃO” EM ÁFRICA

Um dos exemplos de como as tradições é comum e respeitada em África, aconteceu recentemente em algumas regiões do Malauí na África.

Uma reportagem recente exibida pela BBC de 25 de julho de 2016, na qual o repórter Ed Butler entrevistou em algumas regiões remotas no sul do Malauí no leste da África uma “hiena”. Essas meninas quando chegam a puberdade é comum seus pais pagarem para que esses homens pratiquem sexo com elas. A prática não é vista pelos mais velhos como estupro, mas como uma espécie de ritual de “purificação”. No entanto pode ter efeito contrário e transmitir doenças. Um desses mais conhecidas hienas da região é um homem de aproximadamente 40 anos chamado Eric Aniva, manco de nascença, que disse já ter perdido a conta da quantidade de meninas que ele purificou.

A purificação sexual também é necessária se um homem morre, sua mulher deve manter relações sexuais com uma “hiena” como Aniva antes de enterra-lo. Se uma mulher sofre aborto, a “purificação sexual” também é necessária. O chocante é que após a primeira menstruação, as meninas são obrigadas a manter relações sexuais durante três dias com Aniva para marcar a passagem da infância à vida adulta. Caso se opunham, acredita-se que uma doença ou alguma tragédia fatal possa atingir as suas famílias ou até o vilarejo todo. Aniva disse para o repórter: “Algumas tem 12 ou 13 anos, mas eu prefiro as mais velhas. Todas essas meninas sentem prazer

comigo. Elas ficam orgulhosa e dizem a outras pessoas que sou homem com H, sei coma dar prazer a uma mulher”.

Apesar desta fala de Aniva, muitas meninas com quem o repórter conversou no vilarejo demonstraram aversão ao ritual. A uma hora dali o repórter foi apresentado a Figisi, Chrissie e Phelia, mulheres na faixa etária de seus 50 anos e guardiãs das tradições de iniciação do vilarejo. São elas que organizam os rituais anualmente e ensinam as meninas sobre as responsabilidades que cabem às esposas, além de como satisfazer um homem sexualmente.

A “purificação sexual” com a hiena é o último estágio desse processo, organizado voluntariamente pelos próprios pais de menina. Segundo Fagisi. Chrissie e Phelia, a iniciação é necessária " para “evitar que os pais e o resto da comunidade sejam vítimas de infecções”.

A tradição diz que não se pode usar proteção sexual com uma hiena, mas as meninas acreditam que como a hiena é escolhido por suas boas maneiras estaria imune ao vírus HIV, que transmite a Aids.

Obviamente, o HIV ameaça essas comunidades. Segundo a ONU, um em cada dez malauianos é infectado pelo vírus. Eric Aniva surpreende o repórter, ao admitir que é um deles. Ainda mais surpreendente é que não revela isso aos pais que o contratam para as suas filhas. Afirma “ainda faço alguns rituais aqui e ali e acrescenta, estou me aposentando”.

Theresa Kachindamoto, uma das poucas líderes mulheres no Malauí, transformou a luta contra o ritual em sua principal prioridade.

Ela tenta convencer outras lideranças regionais a reforçar a sua luta. Em alguns distritos, como Mangochi, no leste do país, tenta-se adaptar os costumes de modo a substituir o sexo por uma união mais benéfica para a menina.

Em Nsanje, entretanto, poucos lutam por mudança. Como Malauí é um dos países mais pobres do mundo, com índices alarmantes de fome nas zonas rurais, modificar estas tradições antigas está longe das prioridades do governo.

Após a publicação desta reportagem, o presidente do Malauí determinou a prisão do “hiena”.

Casos como este ocorre em algumas regiões do Malauí na África, em locais onde a pobreza é extrema, geralmente nas zonas rurais, portanto estas mulheres não questionam os rituais nem as tradições, e acreditam em maldições, caso não venham passar por estes rituais.

Mas uma tradição em uma região da África, que oprime as mulheres, demonstrando o seu lugar de submissão nesta comunidade.

Conforme Lourenço e Tyrrell (2009), estudos multicêntricos realizados pelo Centro de Estudos Africanos e Fórum Mulher em Moçambique revelam que, desde a metade da década de 90, a situação da mulher tem mostrado uma tendência de melhoria. Isto porque o governo tem revelado interesse de integrar a mulher em todos os setores inerentes ao desenvolvimento do país e a sua promoção. Este fato é justificado pela criação de um Ministério da Mulher, em 1998. Este Ministério, resultante das eleições multipartidárias, ocupa-se da situação da mulher e da família, assim como da coordenação de ação social e atenção a população vulnerável.

Com o interesse do governo em integrar a mulher moçambicana, houve uma melhora a partir da metade da década de 90, conforme sinalizam alguns dados e isso se deu graças a criação do Ministério da Mulher em 1998, este Ministério tratou da situação das mulheres, da família e da população mais fragilizada, que antes não tinham atenção.

## 6 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHERES EM ÁFRICA E EM MOÇAMBIQUE

Para a melhor compreensão, sobre o surgimento desta história de dominação exercida dos homens para com as mulheres recorri a escritora, socialista, feminista e ativista, nigerobritânica Amina Mama, que em seu ensaio: *Heroína e vilões: conceituando a violência colonial e contemporânea contra as mulheres na África*, 1997. Explica que a violência contra as mulheres vem desde o imperialismo. Na qual a relação entre a Europa e a África, implicou a subjugação da África por parte da Europa, e a respeito disso Amina citou:

Quando o imperialismo é reconduzido as suas raízes na história europeia, a violência e o caráter machista da civilização que começou a “civilizar” o continente africano, emerge de forma bastante nítida. A história da violência de gênero na Europa coloca muitas questões sobre a masculinidade europeia e sobre as ideologias de gênero que estão atrás da emergência dos Estados europeus hoje. O caráter misógino da nascente cultura política pode ser, talvez, dramaticamente ilustrado com referência à caça às bruxas e a inquisição na idade média. Faz parte do conhecimento comum o fato de que durante um período de quatro séculos (do século XIV ao século XVII), milhões de mulheres foram sistematicamente desmembradas, desfiguradas e torturadas, antes de serem afogadas ou queimadas vivas, Chesler, 1972, Mies (1986, apud MAMA, 1997, p.03). Mies cita também o exemplo de um advogado em Leipzig, na Alemanha, que condenou à morte pessoalmente 20,000 mulheres, durante, sua carreira muito bem-sucedida.

Segundo Mama (1997, p.05), na Europa do século XVIII e do século XIX, as desigualdades em termos de classe, raça e sexo atuavam em concerto uma com a outra, gerando uma ideologia imperial repressiva, que devia se refletir em todos os aspectos do tratamento colonial, legal e administrativo das pessoas submetidas. Esta situação tinha particulares implicações para as relações de gênero, tornando as mulheres africanas mais vulneráveis à violência que emergia das fontes europeias e africanas.

Comenta Mama (1997, p.07), o estupro parece ter sido um acompanhamento frequente das conquistas militares e foi uma das maneiras favorecidas de assegurar a derrota e a pacificação entre as nações. Infelizmente, os registros históricos foram escassos sobre este tema. Mesmo assim, a evidência limitada que se encontra disponível sugere que a violência sexual foi parte integrante da colonização.

Conforme Mama (1997, p.07), a dura realidade de conquista na África infligido incluiu a prática difundida da violação e da degradação das mulheres africanas. Onde estivesse



resistência, estupro e abuso sexual eram infligidos às mulheres e o mesmo tratamento eram infligidos às esposas, às mães, às filhas e às irmãs dos homens que eram suspeitos de serem parte dos movimentos de resistência, simplesmente para humilha-los.

Sobre o estupro das mulheres negras no período da escravidão e dominação colonial assim como Mama, Angela Davis em seu livro, *Mulheres, Raça e Classe* (2016) comenta:

As mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. Essa deve ter sido um terrível descoberta para os proprietários de escravos, pois aparentemente eles tentavam quebrar essa cadeia de igualdade por meio da repressão particularmente brutal que reservavam às mulheres. Mas uma vez, é importante lembrar que os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também estupradas (DAVIS, 2016, p. 35-36).

E continua Davis:

Seria um erro interpretar o padrão de estupros instituídos durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo o objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros (DAVIS, 2016, p.36).

Há vários relatos do período da escravidão em que as mulheres resistiram de várias formas, por não suportar mais viver a experiência da escravidão, como narra Davis que “Margaret Garner que preferiu matar suas filhas para não testemunhar sua chegada à vida adulta sob a brutal circunstância da escravidão” (DAVIS, 2016, p. 41).

“Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher” (DAVIS, 2016, p.41).

Segundo Mama (1997, p.09), também existe o lado aparentemente “benévolo” do patriarcado colonial que procurava “domesticar” e, assim, incorporar um pequeno, mas significativo número de mulheres africanas. [...] Enquanto a maioria das mulheres africanas não tinham nenhum acesso à educação, uma minoria era convidada para adquirir as graças da feminilidade “civilizada”, principalmente, para aprender o bordado, decoração de doces e

arrumação de flores. O propósito era tornar estas mulheres esposas apropriadas para aqueles homens africanos que desenvolviam papéis administrativos no estado colonial.

Conforme Mama (1997, p.09), estas novas mulheres colonialmente construídas deviam permanecer em casa e cuidar da casa por conta de um pequeno número de homens africanos que trabalhavam pelo regime colonial. Como outras ideologias de classe, a domesticidade afetou também aqueles que não eram parte da elite que de fato se tornou a das empregadas de estilo europeu. O predomínio de ideal da esposa e mãe, um ideal que negava a contribuição social e econômica das mulheres, facilitou a desvalorização de seu trabalho, na economia colonial.

As ideologias de gênero predominantes eram largamente influenciadas pelas formas de violências manifestadas em dados contextos. O confinamento das mulheres num papel economicamente dependente de domésticas é uma condição que tornou difícil para muitas mulheres abandonar, de outra forma, as situações insuportavelmente violentas. Em outras palavras, a domesticação das mulheres é precondição para o que definimos como violência doméstica. De maneira semelhante, o poder de coagir, intimidar e assediar, exercido pelos oficiais e pelos homens em uniforme nas sociedades ditatoriais é uma condição para práticas difusas de estupro e abuso de mulheres que acontecem nos regimes repressivos, a partir do momento em que este poder é sancionado pelos militares, pelos religiosos e outras autoridades masculinas (MAMA, 1997, p.10).

Conforme Mama (1997, p.13),

[...] parece frequentemente que aquelas nações que optaram por um modelo socialista de desenvolvimento têm sido mais progressistas daquelas que não. Nos estados socialistas nascentes, fortes organizações asseguraram a participação das mulheres na vida política, conduzindo campanhas pelos direitos das mulheres e chamando ao enfrentamento de práticas como a de bater na mulher e os casamentos forçados. A existência de organizações fez muito para levantar o perfil das mulheres nos estados recentemente independentes. Como resultado, a situação legal e constitucional para as mulheres em Tanzânia, Angola, Moçambique e mesmo no Zimbabué é adiante de muitos países ocidentais. Contudo a dependência econômica continua a impossibilitar o exercício mais pleno dos direitos legais, e os temas como a posse da terra e a implementação de leis mais progressivas sobre o casamento deixam muito a desejar.

Segundo Mama (1997, p.18), “nos anos mais recentes, as mulheres começaram a resistir contra as violências de forma mais coletiva, dentro e fora das estruturas estatais. As mulheres desenvolveram diferentes estratégias em diferentes países, com graus variáveis de sucesso”.

A violência contra mulher em Moçambique tem demonstrados seus altos índices.

Os índices de casos de violência contra a mulher em Moçambique têm aumentado nas últimas décadas. E com base em análises do Plano Nacional de Ação para a Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher (2008), obtive algumas informações.

Com o objetivo de prevenir e combater a crescente gravidade do fenômeno da violência contra a mulher, que é registrada em nível universal, diversas medidas e ações do governo e do Estado Moçambicano elaboram planos quinquenais. A prevenção e o combate a este mal social são colocados como seu principal desafio, e uma das suas maiores prioridades, sabendo que não é possível construir um Moçambique desenvolvida e igualitária, com a persistência de casos de violência contra mulher.

Entre os desafios está a transformação das mentalidades, segundo as quais as mulheres são vistas como inferiores, e como submissas ao homem. Estes pensamentos expressam a dominação de um gênero, o masculino, sobre o outro, o feminino.

Nada justifica a violência contra a mulher, que tem que ser combatida e prevenida de forma efetiva e eficiente, com ações de todos inclusive de seus autores.

[...] O Plano Nacional de Ação para a Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher (2008-2012) “é fruto do esforço conjunto entre o Governo Moçambicano e seus parceiros nacionais e internacionais com vista a eliminar todos os fatores que reiteram e perpetuam a violência contra a mulher na sociedade.

Em Moçambique, a violência contra a mulher é encarada como um dos problemas mais graves do país e uma das mais sérias barreiras ao seu desenvolvimento. Na essência e em termos estruturais, a violência contra a mulher resulta das desigualdades de poderes entre mulheres e homens nas diferentes faixas etárias, nas relações familiares comunitárias, assim como nos domínios social econômico, cultural, religioso e político.

Apesar da mulher constituir a maioria da população moçambicana, representando o 52,3% em relação a população total, e desempenhando um papel fundamental na manutenção e desenvolvimento da família e da sociedade, ela é a habitual vítima de violência perpetrada habitualmente pelos homens.

E não apresentam queixas em sua maioria por vergonhas, ou por lealdade a família, além da violência a mulher é vítima de outros males socioculturais e econômicos, tais como pobreza absoluta e analfabetismo, tendo isso como resultado dos seus direitos e deveres na sociedade.

Comparada com os homens, as mulheres da população adulta segundo INE, (s/d: 66), a taxa de analfabetismo está acima de 68%, e a dos homens abaixo dos 36,7%.

Os principais tipos de violência contra a mulher em Moçambique são a física, a sexual e a psicológica.

Os atos de violência física mais frequentes no país são: as ofensas qualificadas (espancamentos que resulte em sangramento) e ameaças à integridade física. A principal forma de violência sexual no país é ser forçado a ter uma relação sexual com qualquer parceiro (estupro, assédio sexual, sucessor do falecido). Por sua vez, violência psicológica é tida como o que mais ocorre no país, pois que antes de ocorrência de qualquer uma das duas violências anteriormente citadas, ocorre primeiro a violência psicológica.

A violência contra a mulher ocorre sobretudo em Moçambique na faixa etária dos 25 a 34 anos, tem o homem como principal autor, e de modo geral ocorre em todas as idades e extratos sociais.

A maioria como foi citado anteriormente não apresentam queixas aos órgãos de justiça, e não aceitam a instauração do processo-crime contra o autor deste mal, procuram soluções dos problemas ao nível comunitário, vizinhos, padrinhos de casamento, familiares e aos anciões. E quando efetuam queixas procuram somente a reposição da ordem no casamento. Não que o autor seja penalizado.

Acredita-se que a violência contra a mulher seja resultado da crença historicamente fomentada em muitas culturas de que o homem é superior e deve ser detentor de mais direitos que a mulher, nos diferentes meios de convivência social. Por outro lado, é censo comum que a violência contra a mulher resulta de um desequilíbrio de poder entre mulheres e homens, com base nas relações sociais desiguais, sustentadas por um sistema hierárquico a que se pode chamar de patriarcado.

Portanto mesmo com as causas acima citada nada justifica a violência contra a mulher. Sendo este fruto de uma ideologia implantada na sociedade desde os primórdios de que a mulher tem que ser submissa primeiramente a seus irmãos por ser do sexo masculino, posteriormente a seu esposo. Ela não tem direito a opinar e cabe a ela a procriação e os cuidados com a casa, esposo e filhos. Sendo, portanto, oprimida e subjugada pela sociedade patriarcal assim estabelecida.

São várias consequências que sofre a mulher ao ser violentada:

Danos físicos e psicológicos; contaminação por doenças de transmissão sexual como HIV; Influência negativa no rendimento escolar e no local de trabalho e no desenvolvimento da criança; Redução de autoestima; Estigmatização; Conflitos e desintegração familiar; Uso abusivo de álcool e droga; Desordem social como a marginalidade, criminalidade e crianças da

rua ; Constante estado de stress e medo; Agressão ou assassinio dos intervenientes (familiares, crianças, vizinhos); e Distúrbios comportamentais nas crianças, como consequência violência dos pais.

Para Nkamate (2014, p.229), um dos exemplos de retrocesso em Moçambique, seria a Lei sobre a Violência Doméstica Contra a Mulher. Apesar da sua aprovação e entrada em vigor, o problema da violência doméstica contra a mulher continua a ser desafio na sociedade moçambicana, dado que se verifica cumplicidade com o fenómeno por parte das instituições com responsabilidades para combater-la, incluindo os próprios Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança. A violência continua a ser tolerada nas instituições da justiça penal, muitas delas estabelecem processos de conciliação para a resolução dos processos que lhe são submetidos, contrariando a lei, que determina o carácter público dos crimes de violência doméstica.

O maior desafio para Nkamate (2014), é produzir transformações que conduzam o país a se tornar um verdadeiro Estado de Direito Democrático, onde o cumprimento da lei é imperativo.

Acredita-se que a violência contra a mulher é fruto do sistema patriarcal, que subjugou o género feminino, o tornando inferior ao masculino e em África não é diferente. E isso vem mudando, mas a passos lentos, com os movimentos feministas e as mulheres brigando por igualdade na sociedade, por domínio do seu corpo e sua sexualidade, mas ainda precisa ocorrer mudança de consciência, leis severas que punam efetivamente os agressores, mudança de comportamentos dos homens na sociedade, educação doméstica voltada para valorização da mulher, para que assim as mulheres possam ser respeitadas em todos os âmbitos da sociedade e ocorra a tão almejada equidade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sentindo necessidade em me aprofundar em algumas questões feministas em Moçambique, o que não foi possível por ausência de autores brasileiros que tratem do assunto, e algumas fontes existentes de autoras africanas, não estavam disponibilizadas traduzidas.

Mas com as poucas fontes que tive acesso, concluir que mesmo as mulheres moçambicanas tendo se libertado do jugo do colonialismo, não conseguiram sua autonomia nem sua independência. Moçambique assumiu o regime socialista após sua independência, houve algumas mudanças e significativos avanços em determinados setores, no qual o Governo por meios de algumas ações, pressionadas pelas organizações das mulheres, tentou inserir as mulheres no seu plano de desenvolvimento. Essas mulheres com culturas e tradições seculares, algumas delas que as mantêm em condição de submissão em relação ao homem, o que para FRELIMO, que visava em seu projeto o desenvolvimento, queria acabar com algumas tradições, que para eles dificultava a emancipação feminina, logo a FRELIMO que acreditava que a mulher poderia se emancipar sem se separar dos seus compromissos doméstico e com o internacionalismo, portanto essa emancipação tão citada, ainda há muito que se batalhar, para que seja efetivamente conquistada.

Além deste, outro objetivo deste trabalho é investigar quais foram os avanços e retrocessos destas mulheres moçambicanas no período pós independência. Conclui-se que em algumas áreas como a educação que antes as mulheres não tinham nem acesso, houve alguns avanços como a diminuição do analfabetismo feminino, mas que há muito para se avançar, principalmente em relação ao nível médio e superior, que ainda são espaços de predominância masculina.

Na saúde mesmo com a medicina tradicional, o governo implantou alguns postos de saúde, não dando para satisfazer a demanda da comunidade, porque são distantes das zonas rurais, mas tem diminuído um pouco a taxa de morte infantil e materna, com as parteiras (medicina tradicional), trabalhando junto as enfermeiras nestas localidades. Com isso elas aprendem as técnicas e as questões de higiene, podendo aplicar de maneira mais eficaz nas suas comunidades.

No campo da política houve um breve avanço, com a inserção das mulheres, em espaços antes de total dominação masculina, mas é preciso que estas mulheres se sintam empoderadas nestes espaços, e não caibam a elas nestes espaços funções que é designada ser para mulheres,

coordenar serviços de limpeza, dentre outras, mas que atuem politicamente onde realmente é de direito.

Mesmo com o aumento de movimentos feministas, a cultura patriarcal machista ainda está enraizada nas mentes, não só em Moçambique, mas é um problema de cunho mundial, que vem ocorrendo desde o princípio do mundo, e que perdura até os dias atuais. A violência doméstica sofrida pelas mulheres, os índices alarmantes de violência contra a mulher em todo o mundo, é um reflexo disso, e em Moçambique não é diferente, este sim é um dos retrocessos, que vem ocorrendo em escala mundial, acontece em todos os tipos de família, independe de grau de instrução, de classe social, mas que atinge em sua grande maioria as mulheres negras. Por ser associado os seus corpos ao sexo, e serem julgadas como pessoas ou seres não pensantes, herança dos pensamentos dos colonizadores no período da escravidão.

Como explicar o aumento da violência contra as mulheres negras, em tempos tão avançados, muitos estudiosos dizem que é cultural, outros que veio com a escravidão, outros que quem trouxeram esta cultura machista foi o europeu, com a cultura patriarcal. Mas o que queremos saber, é o que fazer para desfazer estes estereótipos criados para inferiorizar e desvalorizar as mulheres e principalmente as negras em toda a sociedade.

Mas a luta é contínua das mulheres, não podemos perder espaços conquistados, debaixo de sofrimentos de inúmeras mulheres, que lutaram e lutam por dignidade e respeito em um mundo machista, sejam através de movimentos feministas, ou individualmente, principalmente para desfazer mentalidades que tem o seu corpo associado ao sexo, ao serviço doméstico e a procriação, querendo a tornar incapaz intelectualmente, sujeito inferior e submissa aos homens.

Vamos iniciar não nos separando por gêneros ensinando meninos e meninas a se respeitarem mutuamente, para que não exista um gênero que se construa superior ao outro, as mulheres já provaram desde o período da escravidão, conforme Angela Davis citou em seu livro, mulheres, raça e classe, período que eram cruel para elas, mas que lutavam em pé de igualdade aos homens escravizados, para elas ainda pior pois além de serem submetidas a inúmeros castigos dos seu senhores, eram humilhadas e estupradas, e mesmo debaixo de tamanho sofrimento elas resistiam ao jugo colonial, mesmo muitas vezes atentando contra a própria vida, não deixava de ser uma maneira de resistir a opressão, para que hoje toda esta luta nos sirvam de estímulos, para pensarmos que é possível.

Alguns avanços foram alcançados daquele período até aqui, mas ainda há muito o que se conquistar para avançarmos e alcançarmos a tão sonhada igualdade, um mundo onde não seremos separados hierarquicamente na sociedade pelo sexo, raça e classe.

## REFERÊNCIAS

- ADESINA, Jimi. **Práticas Africana: Lições de Endogeneidade e Gênero na Academia.** Práticas da Sociologia Africana. 2012, p. 199-209.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma única história. Traduzido em português por: Erika Barbosa, 2009.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Sejam todos feministas. Companhia das Letras, 2012.
- ARRAES, Jarid. Feminismo Negro: Sobre minorias dentro da minoria. Revista Fórum Semanal. 2004 < Acesso em 22 de novembro de 2016.
- ARAÚJO, Francisca Socorro. 2004. Disponível em < [www.infoescola.com/sociologia/feminismo](http://www.infoescola.com/sociologia/feminismo) > Acesso em 08 de março 2016.
- BRITO, Maria Inês do Rosário. OLIVEIRA, Jaqueline José Silva. **O processo histórico da Participação da Mulher no contexto Político Brasileiro.** Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) < Acesso em 07 de março 2016.
- CANCIAN, Renato. Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa. Pesquisa Escolar. [uol.edu.br](http://uol.edu.br) .html < acesso em 30 de novembro de 2016.
- CEERT- Centro de Estudos das Relações de Trabalhos e Desigualdades < acesso em 08 de março de 2016.
- CFEMEA. **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós constituinte- Legislação (Federal, Estadual e Municipal) sobre direitos das mulheres a partir da Constituição de 1988.** Brasília: Letra Livres, 2006.
- CARNEIRO, Sueli. Scielo. Mulheres em Movimento. Estudos Avançados. Vol.17 nº49 São Paulo Sept/Dec. 2003 < Acesso em 22 de novembro de 2016.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, 2003, < acessado <https://rizoma.milharal.org/files/2013/05/Enegrecer-o-feminismo.pdf>
- COUTO, Mia. “À porta da modernidade, há sete sapatos sujos que necessitamos descalçar”. Por dentro da África, 2013 > acessado em 12 de outubro de 2016.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** Revista Gênero. Niterói, 2013.
- CROSARIOL, Isabelita Maria e DINIZ, Stefânia de Moraes. Niketche: As diversas facetas do ser mulher em Moçambique. Revista do Curso de Letras UNIABEU, Nilópolis, v.3, número 2, mai-ago. 2012.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe/.** Angela Davis; Tradução Heci Regina Candiani. 1. Ed.- São Paulo: Boitempo, 2016.



Ensina.rtp.pt/artigo/paulina-chiziane/ acessado em 24 de outubro de 2016.

Figuras 1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 10 estão disponibilizadas em: <https://www.google.com.br> < acessado dia 08 de julho de 2017.

FREITAS, Helena. Tudo o que precisa de saber sobre Moçambique. 2015. Dados de [www.independencialusa.info/ ficha-de mocambique/](http://www.independencialusa.info/ficha-de-mocambique/) acessado em 27 de outubro de 2016.

FRELIMO. **Relatório do comitê central da frelimo**. Maponhecer 4.uto: Departamento de trabalho ideológico Frelimo, 1977, p.13-22. Coleção <acessado em 29 de setembro de 2016.

GUERRA, Lúcia Helena Barbosa. **Educação em Moçambique**. Pensando interseções e políticas públicas, Natal RN, 2014. p. 1-20.

GRANJO, Paulo. Saúde e doença em Moçambique. Saúde soc. Vol. 18 n° São Paulo, 2009, pp. 567-581

GURGEL, Telma. **Feminismo no Brasil contemporâneo: Apontamentos críticos e desafios organizativos**. Brasília, 2014. p. 57- 76.

<http://www.jornal-noticias.co.mz/index.php/main/52036> – participação- na- vida- política- mulher-moçambicana-com-desafios <acessado em 24 de outubro de 2016.

<https://www.brasildefato.com.br/2016/09/21/a-escrita-sagrada-da-romancista-moçambicana-paulina-chiziane/><acesso em 13 de julho de 2017.

[https://.org/wiki/Cleonora\\_Hudson-Weems](https://org/wiki/Cleonora_Hudson-Weems) < acessado em 10 de julho de 2017

INE - Instituto Nacional de Estatística de Moçambique < [http:// www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz) m.institutocpfl.org.br > acesso em 9 de dezembro de 2016.

Infopédia.pt <acesso em 14 de julho de 2017

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, (2007). Resultados preliminares do Censo Populacional de 2007, em Moçambique, Maputo < acessado em 08 de setembro de 2016

LOURENÇO, Maria Acácia Ernesto e TYRRELL, Maria Antonia Pubio. Programas de saúde materno-infantil em Moçambique: Marcos Evolutivos e a inserção da enfermagem. 617-624. 2009 <acessado em 28 de setembro de 2016.

MACHEL, Samora. Rompamos definitivamente com a burguesia para consolidar o poder popular. Coleção “Palavras de Ordem” adição do Partido Frelimo. Maputo, 1982.

MAMA, Amina. Heroes and Villains. Conceptualizing Colonial and Contemporary Violence Against Women in Africa. In. ALEXANDER Jacqui; MOHANTY. Chandra. Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures. New York, London: Routledge, 1997. Ensaio traduzido na disciplina de Correntes Feministas e diversidade sexual em contextos africanos, pela Professora Dr<sup>a</sup> Caterina Rea.

MORAES, Maria Lygia Quartim. O feminismo político do século XX. Blog Boitempo. São Paulo, 2015 <acessado em 13 de novembro de 2016.

MOREIRA, Núbia Regina. Movimento Negro Feminista no Brasil <<https://youtu.be/TQa0La1yFIFw> < acesso em 30 de novembro de 2016. Mozambique.violence.08. pdf

Plano Nacional de Acção para prevenção e combate à violência contra a mulher (2008-2012) < acessado em 06 de setembro de 2016.

**Mulheres Notáveis.** Revista Utopia nº 9. Disponível em <[Mulheres-incriveis.blogspot.com.br/2012/03/maria-lacerda-de-moura-15.html](http://Mulheres-incriveis.blogspot.com.br/2012/03/maria-lacerda-de-moura-15.html)/ postado por Thais em 2012 Acesso em 09 de março 2016.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para o uso didático de:

OYERÒNKÉ, Oyèrònké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119p. (Coleção História do Povo Brasileiro). Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) < Acesso em 05 de março 2016.

PINHO, Osmundo. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Estudos Feministas, Florianópolis, 20 (3): 955-972, setembro-dezembro/2012 >acessado em 22 de setembro de 2016.

OTTO, Clarícia. **O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces**. Rev. Estud. Fem. vol. 12 nº 2 Florianópolis May/Aug. 2004.

NKAMATE, Salvador. A luta pela afirmação dos direitos humanos em Moçambique: os avanços e os retrocessos. < Acesso em 08 de setembro de 2016 > disponível em [bdjur.stj.jus.br](http://bdjur.stj.jus.br). 2014 pdf. p. 224-231.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. Seção debates: traduções do pós-feminismo. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 2006. < Acesso em 22 de novembro de 2016.

SANTANA, Jacimara Souza. Mulheres Africanas de Moçambique na Revista Tempo (1975-1985). 1ª edição Itajaí – 2014.

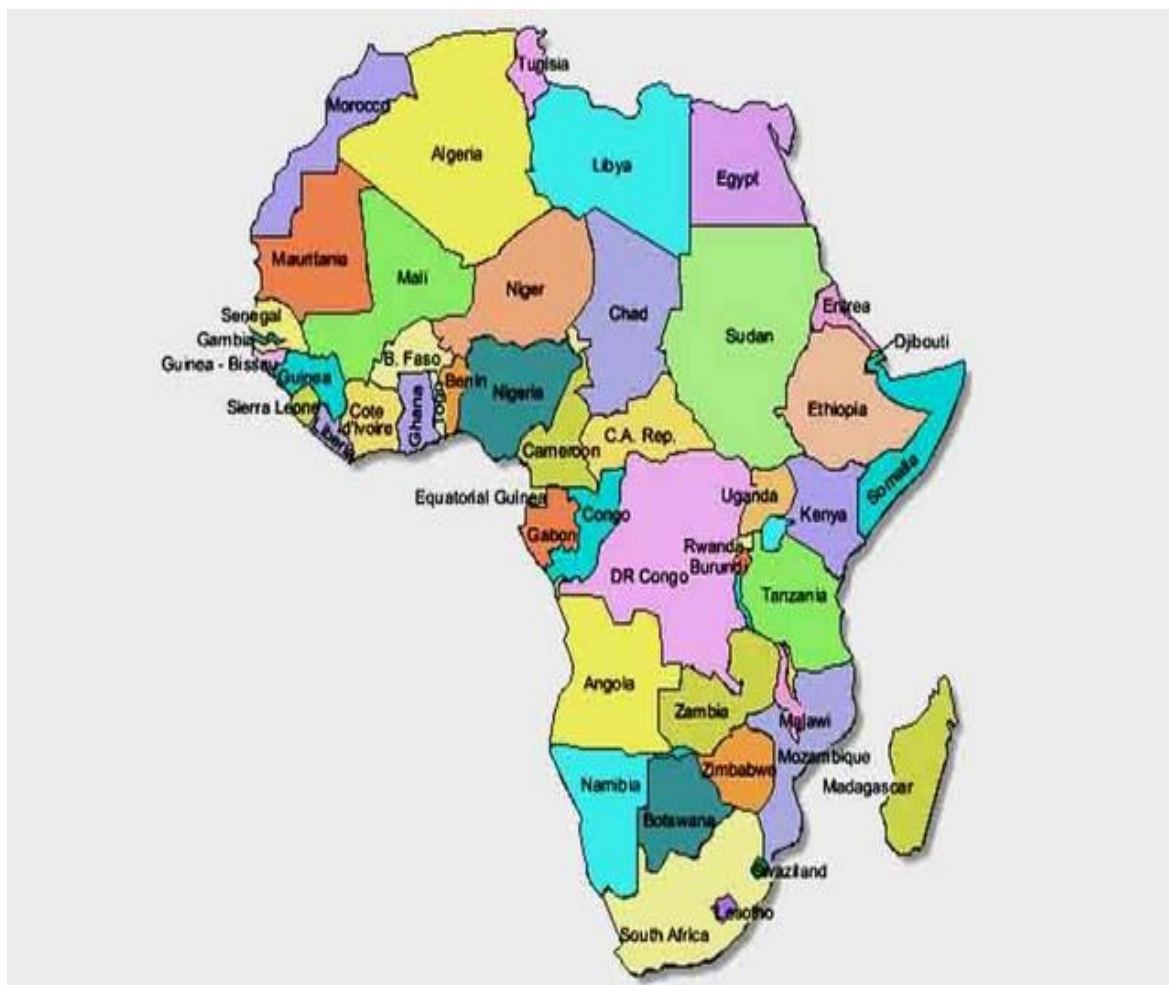
SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Revista Estudos Feministas. Rev. Estud. Fem. Vol.12 nº 2 Florianópolis May/Aug. 2004.

Saúde em Moçambique. Html. 2014 < acessado em 28 de setembro de 2016.

Senado Federal disponível em < [www12.senado.leg.br](http://www12.senado.leg.br). Acessado em 10 de fev. 2016.  
SOW, Fatou. As mutilações genitais: estado atual na África. Labrys estudos feministas, 2004.  
Artigo traduzido por Tania Navarro Swain > Acesso em 18 de novembro de 2016.

## ANEXO - Mapas

Figura 1 - Mapa de África



Fonte: Angop – 640x427

Figura 2 - Mapa de Moçambique



Fonte: página global 990x1501